INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA

MEMÓRIA E DIREITOS HUMANOS:

MEMÓRIAS DAS FAMÍLIAS QUILOMBOLAS REMANEJADAS PARA IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA -MA NA DITADURA MILITAR (1964-1985)

RITA DE CÁSSIA AYRES DE HOLANDA

Foz do Iguaçu
2022

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA

MEMÓRIA E DIREITOS HUMANOS:

MEMÓRIAS DAS FAMÍLIAS QUILOMBOLAS REMANEJADAS PARA IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA -MA NA DITADURA MILITAR (1964-1985)

RITA DE CÁSSIA AYRES DE HOLANDA

Artigo apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Direitos Humanos na América Latina

Orientador: Evander Ruthieri S. da Silva

Foz do Iguaçu
2022

RITA DE CÁSSIA AYRES DE HOLANDA

MEMÓRIA E DIREITOS HUMANOS:
MEMÓRIAS DAS FAMÍLIAS QUILOMBOLAS REMANEJADAS PARA IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA -MA NA DITADURA MILITAR (1964-1985)

Artigo apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana como requisito parcial para a conclusão do curso de Especialização em Direitos Humanos na América Latina

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientador: Prof. Dr Evander Ruthieri S. da Silva
(UNILA)

_____
Profa. Dra. Angela Maria de Souza
(UNILA)

_____
Profa. Dra. Naiara Batista Krachenski Stadler
(UNESPAR)

Foz do Iguaçu, 23 de setembro de 2022.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do/a autor/a: Rita de Cássia Ayres de Holanda

Curso: Especialização em Direitos Humanos na América Latina

	Tipo de Documento
(…..) graduação	(....) artigo
(…..) especialização	(…..) trabalho de conclusão de curso
(…..) mestrado	(…..) monografia
(…..) doutorado	(…..) dissertação
	(…..) tese
	(…..) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.x.) _____**Artigo monográfico**_____

Título do trabalho acadêmico: M**emória e direitos humanos:** Memórias das famílias quilombolas remanejadas para implantação do Centro de Lançamento de Alcântara -MA na ditadura militar (1964-1985)

Nome do orientador(a): Evander Ruthieri S. da Silva

Data da Defesa: __23__/__09__/_2022__

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons* **Licença 3.0 Unported.**

Foz do Iguaçu, __23___ de ___SETEMBRO____ de __2022___.

_____

Assinatura do Responsável

A Deus, especialmente aos meus tios quilombolas Bráulio Ayres, Lázaro José e Genésio Luís (in memórian). E aos meus pais, ao meu marido Paulo Rogério e ao meu filho Atila Gabriel.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço ao meu orientador Evander Ruthieri, não só pela constante orientação neste trabalho, mas, sobretudo pela sua amizade.

Aos professores do curso e à banca examinadora pelas sugestões.

Aos colegas de curso, especialmente ao meu grupo: Ingrid, Pablo, Juliana, Caroline e Claúdio.

Aos meus pais Conceição de Maria e José Maria pelo amor e carinho.

Ao meu Marido Paulo Rogério pelo amor, cuidado, paciência e apoio em todas as etapas deste trabalho e na vida.

Ao meu filho Atila Gabriel, pela paciência, pelo amor e cuidado comigo e por zelo as minhas atividades.

Eu vou tocar minha viola, eu sou um negro cantador [...] Vou botar fogo no engenho Aonde o negro apanhou. O negro é gente como outro. Quer ter carinho e ter amor.

(Negro nagô, PJ e RAIZ)

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar, através de narrativas orais, elementos que apontam às violações de direitos humanos das comunidades quilombolas que foram remanejadas de suas comunidades para a implantação da base aérea do Centro de Lançamento de Alcântara (Maranhão) no período da ditadura. Este trabalho apresenta uma revisão bibliográfica, constituindo-se de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa. Pretende-se ainda apontar como uma possível expansão da área da base de lançamento na contemporaneidade, constituindo uma nova ameaça e violação dos direitos humanos dos quilombolas em Alcântara-MA.

Palavras-chave: Memórias; Direitos Humanos; Ditadura Militar.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar, a través de narraciones orales, elementos que apuntan a violaciones de los derechos humanos de las comunidades quilombolas que fueron reubicadas de sus comunidades para la implementación de la base aérea del Centro de Lanzamiento de Alcântara (Maranhão) durante el período de la dictadura. Este trabajo presenta una revisión bibliográfica, constituyendo una investigación bibliográfica y cualitativa. También se pretende señalar cómo una posible expansión del área de la base de lanzamiento en la época contemporánea, constituyendo una nueva amenaza y violación de los derechos humanos de los quilombolas en Alcântara-MA.

Palabras clave: Recuerdos; Derechos humanos; Dictadura militar.

ABSTRACT

This article aims to present, through oral narratives, elements that point to the human rights violations of the quilombola communities that were relocated from their communities for the implementation of the Alcântara Launch Center air base (Maranhão) during the dictatorship period. It is also intended to point out how a possible expansion of the launch base area in contemporary times, constituting a new threat and violation of the human rights of quilombolas in Alcântara-MA.

Key words: Memories; Human rights; Military dictatorship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 –	Slogan da Vale para comemorar os 30 anos da Estrada de Ferro Carajás.....	34
Figura 02 –	Mapa do Município de Alcântara – MA.....	37
Figura 03 –	Centro da Cidade de Alcântara.....	37
Figura 04 –	Imagem das ruínas da Igreja de São Matias e do Pelourinho em Alcântara-MA.....	40
Figura 05 –	Território das comunidades quilombolas em Alcântara – MA.	49
Figura 06 –	Propaganda do Centro de Lançamento de Alcântara em 1991.....	52
Figura 07 –	Área delimitada pelo RTID versus área operacional ocupada pelo CLA.....	55
Figura 08 –	Área necessária para a consolidação do CEA.....	55
Figura 09 –	Imagens da Agrovila de Marudá com o formato arquitetônico do símbolo da Força Aérea Brasileira.....	62
Figura 10 –	Imagens da Agrovila de Só Assim em Alcântara com formato arquitetônico com o símbolo do CLA.....	63

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 12

2 A DITADURA E A EXPROPRIAÇÃO DOS DIREITOS SOB O TÍTULO DA UTILIDADE PÚBLICA..... 15

3 "O MARANHÃO FOI PARA O ESPAÇO… E QUEM GANHA COM ISSO É A COMUNIDADE": O REMANEJAMENTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS PARA IMPLANTAÇÃO DA BASE DE LANÇAMENTO..... 27

3.1 **As oligarquias maranhenses e o desenvolvimentismo..... 27**

3.2 **O desenvolvimentismo e a implantação da base aérea de Alcântara..... 36**

3.2.1 Contextualização histórica de Alcântara..... 36

3.2.2 Das ruínas às comunidades remanescentes de quilombo..... 43

3.2.3 A implantação da Base de Lançamento em Alcântara - MA: "O Maranhão vai para o espaço"..... 50

4 ADENTRANDO O ESPAÇO DA MEMÓRIA SUBTERRÂNEA: DIREITOS ESQUECIDOS NO TEMPO E AMEAÇA DE NOVAS VIOLAÇÕES..... 59

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 69

REFERÊNCIAS..... 70

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico, intitulado Memórias e direitos humanos: memória das famílias quilombolas remanejadas para implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (Maranhão) na ditadura militar (1964-1985), tem por objetivo problematizar o discurso do desenvolvimentismo no Brasil promovido pelos governos autoritários durante a ditadura militar, sob o jugo da ordem e do progresso, assim com elementos que retratam o discurso da soberania nacional. O recorte deste trabalho evidencia o lugar das memórias da implantação da base aérea de Alcântara, no estado do Maranhão, e os impactos ocasionados às famílias das comunidades remanescentes de quilombos. Ao fazer referência à cidade de Alcântara, buscou-se nos fundamentos históricos de como se efetivou a ditadura militar no estado do Maranhão e como as elites oligarquias contribuíram para a implantação dos projetos desenvolvimentistas neste estado.

Conforme apontou a historiografia, o estado do Maranhão apresentou dois momentos principais nos planos de desenvolvimento promovidos pelo governo brasileiro. Uma primeiro fase ocorreu entre as décadas de 1940 e 1960, isto é, entre era Vargas até o governo de Jânio Quadros, quando, através das ideias de desenvolvimento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959, e em especial no pensamento do economista Celso Furtado, aprimora-se a perspectiva de incorporar o Maranhão ao nordeste, atribuído a esta região, por suas terras úmidas e férteis, uma possibilidade de aumentar a produção de alimentos e proporcionar trabalho tanto aos nordestinos das áreas mais secas, quanto de outros imigrantes. Uma segunda fase, entre as décadas de 1960 e 1980, resultou em uma série de investimentos voltados à infraestrutura e exploração de recursos naturais, o que também resultou em transformações nas relações de poder nas elites locais.

O Maranhão apresenta um histórico de dominação de uma elite agrária, oligarquias que promoveram uma série de estratégias voltadas ao seu enriquecimento e a manutenção do poder, como, por exemplo, a criação de latifúndios por meio da imposição da grilagem, a desapropriação de pequenos posseiros e comunidades tradicionais utilizando-se de instrumentos (i)legais, como o uso da força policial e militar para a consolidação da organização dos grandes latifúndios. Destaca-se, neste trabalho, como o uso do discurso ideológico foi

fundamental para a legitimação da oligarquia Sarney e seus megaempreendimentos no período militar, projetos estes que não geram riqueza as classes mais pobres.

Entre as décadas de 1960 e 1980, a oligarquia Sarney aproximou-se do governo militar de tal forma que os empreendimentos são conduzidos numa lógica exploração das riquezas minerais, tornando o Maranhão o principal corredor de escoamento dos minérios extraídos do estado do Pará, o que culminou, entre outras obras, na construção da Ferrovia Carajás e no porto da Madeira. Adentrando a essa memória observamos, a partir do caso de Alcântara, um esquecimento estratégico, tendo em vistas que a construção da Base Aérea de Alcântara impactou diretamente as comunidades quilombolas. A referência à cidade de Alcântara como um território de baixa densidade demográfica foi um dos principais elementos utilizados pelo discurso governamental para justificar a instalação da base áreas. Este discurso invisibilizou a presença histórica de diversas comunidades na região, em especial as comunidades remanescentes de quilombos, reconhecidas como “Terra de preto”: conforme apontou o Laudo Antropológico, realizado por Wagner Berno Almeida (2006), os elementos que todo o território correspondente à cidade de Alcântara possui comunidades remanescente de quilombos.

Ao longo do texto apresentam-se narrativas, por considerarmos importante o reavivamento das lembranças, que tanto apontam as estratégias implantadas pelos militares, como das lembranças das famílias impactadas pelas remoções forçadas. Cabe ressaltar que este trabalho apresenta uma revisão bibliográfica, constituindo-se de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, com destaque para os relatos fornecidos por famílias das comunidades quilombolas de Alcântara, os quais foram coletados e publicados por Wagner Berno Almeida e na Revista *National Geographic.*

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, iniciando pela Introdução na qual se faz a apresentação geral da temática, objetivos e metodologia, o segundo capítulo traz a exposição sobre a ditadura e a expropriação sob o título da utilidade pública, busca-se expor neste capítulo como a ditadura através do discurso da “ordem e do progresso” e das ideias de desenvolvimentismo, para implantar obras que forçaram, “expulsaram” pequenos lavradores, indígenas e comunidades quilombolas, no terceiro capítulo, intitulado “O Maranhão foi para o espaço... e quem ganha com isso é a comunidade”: O remanejamento das comunidades quilombolas para implantação da base de lançamento”, demonstramos como a ditadura militar foi

instaurada no Maranhão e como se legitimou através da oligarquia Sarney, que, por meio de discursos como o desenvolvimentismo, legitima a desapropriação de terra, propiciando o crescimento da grilagem e desapropriação para implantação dos grandes empreendimentos como o Projeto Carajás. O terceiro capítulo também aborda a memória da fundação da cidade de Alcântara, e como as comunidades quilombolas foram invisibilizadas de forma qua implantação da Base de Lançamento de Alcântara desconsiderou totalmente as historicidade e identidade étnica das comunidades remanejadas. O quarto capitulo, intitulado: “Adentrando o espaço da memória subterrânea: direitos esquecidos no tempo e ameaça de novas violações” apresenta algumas narrativas, coletadas nas bibliografia do Laudo Antropológico de Alfredo Wagner Berno Almeida (2006), Revista National Geografich e outros textos, nas quais o discursos trazem as memórias subterrâneas que denunciam os direitos violados no período do remanejamento das famílias quilombolas em 1980.

2 A DITADURA E A EXPROPRIAÇÃO DOS DIREITOS SOB O TÍTULO DA UTILIDADE PÚBLICA

O contexto político que envolveu o golpe civil-militar de 1964 e a transição ao período ditatorial no Brasil relaciona-se a uma conjuntura de fatores investigados pela historiografia, especialmente à luz de ações concretas promovidas com o fito de investigar o passado recente a partir dos arquivos da repressão atrelados aos sucessivos regimes que promoveram crimes contra os direitos humanos. Dentre tais ações, pode-se mencionar a criação da Comissão Nacional da Verdade (2011), com o objetivo de investigar as violações de direitos humanos entre 1946 e 1988; os debates acerca da Lei de Anistia, que completou 40 anos em 2019, e ainda está em discussão, visto que não garante reparação aos danos causados à famílias de presos políticos desaparecidos; as discussões acerca do tempo de sigilo para documentos públicos, em especial pela Lei de Acesso à Informação (LAI).

Diante desta conjuntura, que se relaciona às reavaliações do complexo de forças políticas que derrubaram o governo do presidente João Goulart em 1964 e marcaram o início do regime ditatorial no Brasil, historiadores, sociólogos e cientistas políticos destacaram, nas últimas duas décadas, o papel de grupos conservadores, incluindo setores da sociedade civil e dos militares, na desestabilização do governo de Goulart, e na construção de formas de legitimação da ditadura amparadas na valorização da retomada de ideais “democráticos e cristãos” e como início de uma nova forma de governar, desvinculada do populismo (DELGADO, 2010). José Paulo Netto (2008) apresenta as finalidades do golpe de abril de 1964 a partir de três objetivos: 1) adequar os padrões de desenvolvimento nacional aos moldes da economia capitalista, através da internacionalização do capital; 2) imobilizar a resistência dessa reinserção subalterna ao sistema capitalista; 3) por fim, potencializar as tendências que fortalecessem essa contrarrevolução.

Netto (2008) aponta ainda que as transformações propostas pelo projeto desenvolvimentista da ditadura não lograram romper com as pré-condições da formação social brasileira, mas os manteve e os redimensionou, como o caso do latifúndio. Através da apropriação e desapropriação de terra se pautou o desfecho da ditadura militar brasileira. É necessário, antes de adentrarmos nesta pauta, fazermos brevemente o caminho do desenvolvimentismo no Brasil, iniciando no governo de Getúlio Vargas. O período de Governo de Vargas ficou conhecido como

“Era Vargas”, e cuja forma de governar se caracterizava pela centralização do poder, que alguns historiadores denominam Ditadura Vargas. Sobre o desenvolvimentismo no período varguista, Daniel Aarão Reis afirma que o Brasil, assim como a América Latina, estaria em processo de luta pela autonomia no mercado capitalista internacional. Contudo, estes países seriam desafiados pelos “laços da dependência” colonial, e que a partir das décadas de 1920 e 1940 algumas brechas se abririam para o desprendimento desses laços. As brechas estariam relacionadas às fragilidades das grandes potências e rivalidades entre elas, explorando os espaços deixados por essas fragilidades (REIS, 2000).

As estratégias utilizadas pelo governo Vargas envolviam a ação de um Estado intervencionista, com centralização do planejamento, atração das diversas classes, principalmente a classe trabalhadora na perspectiva de uma ideologia nacional (REIS, 2000). Durante o período de permanência no poder Getúlio empreendeu um grande processo de modernização institucional no Brasil, priorizando a nacionalização dos produtos. Contudo, o ato de governar era regido pelo autoritarismo, de forma que “a Era Vargas foi marcada por grande violência, inclusive com conflitos militares: apesar do mito de que a história do Brasil é incruenta, isto é, sem batalhas com derramamento de sangue [...]” (FICO, 2015, p. 2015).

O investimento na industrialização e a criação de vários órgãos governamentais preservaram estratégias conservadoras e centralizadas, contudo privilegiava a uma determinada classe, o que proporcionava a desapropriação e expulsão principalmente de pequenos proprietários por onde os empreendimentos se instalaram. Nesse contexto, destacam-se o Nordeste e a área da Amazônia, região de implementação do Plano de Valorização da Amazônia pelo governo Dutra em 1946, com objetivos de: assegurar a ocupação da Amazônia; desenvolver uma sociedade economicamente estável e progressista; desenvolver a Amazônia uma economia suplementar e paralela a economia brasileira. Segundo Carlos Penha (2017), Vargas, em um discurso feito em 1940 na cidade de Manaus (AM), já citava alguns elementos entendidos no período como causas para a ausência de desenvolvimento econômico e infraestrutural da Amazônia, sendo eles o despovoamento, a falta de integração e o perigo para segurança nacional. A retórica do discurso, de acordo com Carlos Penha (2017), é impregnado de características

do desenvolvimentismo e de interesses na exploração dos recursos naturais da região.

Contudo, o Plano de Valorização Econômica da Amazônia somente foi efetivado em 1953, através do Decreto nº 1.806, criando a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. A partir de então, a Amazônia passa a compor pelos seguintes estados: Acre, Amapá, Guaporé (atual Rondônia) e Rio Branco (atual Roraima) e partes do Estado de Mato Grosso, do Estado de Goiás e do Estado do Maranhão, sendo que estas áreas passaram a compor a Amazônia Legal (RENHA, 2017).

Ainda de acordo com Renha (2017), o Plano entre 1951 a 1956, não fora realizado efetivamente, surgindo vários atos de corrupção e "engavetamento do Plano", destacando-se ainda os empreendimentos de construções de hidrelétricas e da polêmica construção da rodovia Belém-Brasília. Este contexto histórico foi marcado pelo segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), quando foi democraticamente eleito. O período, contudo, foi perpassado por várias crises políticas e revoltas militares. Segundo Dias (2000), uma das principais ações desse novo governo de Vargas foi a criação da Petrobrás, através da política de monopólio do petróleo. Vargas buscava diminuir as tensões encaminhadas desde o governo Gaspar Dutra, de nacionalistas contrários à abertura para o capital internacional. Assim, com a pressão da campanha 'O petróleo é nosso', a Petrobras recebeu o controle monopolista de todas as etapas da exploração do petróleo" (DIAS, 2015, p.14).

Com as suscetíveis pressões dos militares e oposição ao Governo de Getúlio para que este renunciasse, tendo como estopim para o fim do Governo Vargas as suspeitas do atentado a Carlos Lacerda, seu principal opositor:

> No dia 23 de agosto, o Exército estava de prontidão. Marinha e Aeronáutica declararam-se em estado de alerta. Previa-se a derrubada de Vargas. Os militares exigiram sua renúncia. Depois de conturbada reunião ministerial no Catete, o país foi informado, na madrugada de 23 para 24, de que o presidente aceitara licenciar-se do cargo até a conclusão das investigações. Vargas, entretanto após a reunião, retirou-se para seus aposentos e matou-se com um tiro no coração (DIAS, 2015, p.17).

O suicídio de Vargas comoveu a sociedade brasileira, mesmo insatisfeita com as últimas crises em seu governo. Após este acontecimento assume a Presidência Café Filho, que logo será substituído, através das eleições em 1954, por Juscelino

Kubitschek, que dará continuidade e pode-se dizer amadurecimento no plano desenvolvimentista do Brasil. Para Carlos Fico (2015), Juscelino Kubitschek exercia um privilegiado carisma, através do qual conseguiu empreender propostas arrojadas para o desenvolvimento do Brasil. Este caráter desenvolvimentista ficava expresso no Plano de Metas, que objetivava desenvolver o Brasil “cinquenta anos em cinco”. A despeito das articulações promovidas por grupos de oposição, e com tentativas de anular os resultados das eleições, Juscelino Kubitschek foi eleito, em 1955, tendo como seu companheiro de chapa o vice-presidente João Goulart, que anteriormente ocupou o cargo de Ministro do Trabalho durante o governo democrático de Getúlio Vargas.

Como presidente eleito, Juscelino Kubitscheck apresentou a sua política econômica, com ações voltadas aos investimentos nos setores de energia, transporte e alimentação. Convocava ainda a iniciativa privada e governamental para a realização do planejamento, afirmando, em seus discursos, que:

> A iniciativa privada era fundamental para o progresso do país, por isso havia iniciado um esforço de planejamento, visando a coordenar as atividades da iniciativa privada com os programas governamentais, no quadro de uma política econômica definida, em que se realça a iniciativa privada como elemento fundamental de progresso do País (KUBITSCHEK, 1956, p. 48, *apud* NUNES, 2018, p.62).

Contudo no contexto de desenvolvimentismo, o Plano de Metas não contemplou todo o país, sendo a que a industrialização não chegou a se concretizar na região nordeste, causando grandes desigualdades sociais entre nordeste e as regiões sul e sudeste, e ainda que houvessem diagnósticos promovidos pelas equipes da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e desenvolvidos o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e posteriormente a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959, poucos “progressos” foram percebidos nesta região. Houve, porém, com apoio do Estado, o fortalecimento do poder político das elites regionais, em especial as oligarquias.

> [...] entre outros, os beneficiários passaram a acumular grande poder político em decorrência da apropriação privada da terra e de seus componentes [...] sob o aval do Estado, o poder político da burguesia regional. Ao favorecer os grandes grupos regionais, nacionais e até estrangeiros em detrimento dos trabalhadores diretos, o Estado semeia o gérmen de conflitos presentes e futuros (MARQUES, 2013, p.80).

O poder oligárquico fortalecido promovia mando e desmandos, sobre pretextos de desenvolvimento, ocasionando assim a desapropriação dos pequenos proprietários e deslocamentos de grupos indígenas, por meio da violência e força policial. De forma que o Norte e Nordeste foram, e ainda são, palcos de constantes assassinatos de pequenos proprietários, lideranças e representantes dos movimentos de luta contra a violência no campo.

Entre as décadas de 1950 e 1960, o economista Celso Furtado, com formidável percepção enquanto integrante da CEPAL, e membro-fundador da Superintendência de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (SUDENE), começa a criticar o verdadeiro sentido do desenvolvimentismo naquela época, enfatizando que as forças sociais instituídas se aliavam ainda mais a uma direita ideológica, que não tinha verdadeira intenção de romper com as estruturas conservadoras de poder, mas mantê-las. A SUDENE surgiu em momentos que movimentos coletivos e sujeitos sociais se mobilizaram contra a opressão das oligarquias agrárias, as quais consideravam que movimentos como a Liga Camponesa e o movimento estudantil precisavam ser silenciados. Entre outros fatores, a SUDENE sofreu resistência por parte do poder político que dominava o nordeste e que era privilegiado com os investimentos de combate à seca.

Um dos destaques do Plano da SUDENE consistia nos investimentos na área dos transportes, energia elétrica, industrialização e a “colonização do Maranhão”. Essa ideia surgiu nas propostas de Celso Furtado, enquanto integrante do grupo de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), como perspectiva de incluir no semiárido, áreas que contribuíram para diminuir a migração do nordeste semiárido para as regiões sul e sudeste. Pereira, em seu trabalho intitulado “A SUDENE e a Questão Regional: história e historiografia” (2004), destaca que, na perspectiva de Celso Furtado, o Nordeste correspondia a um obstáculo à sobrevivência da 'unidade nacional' devido à intensa migração dos nordestinos para regiões centro-sul, o que gerava, consequentemente, o aumento do custo da mão-de-obra, diminuindo a renda dos trabalhadores, além do medo das alianças que poderiam se constituir no âmbito das organizações sindicais e patronais. A conjunção desses elementos representaria o crescimento das "forças antagônicas" que ameaçaria a unidade nacional. Diante desses fatores, era mais que urgente manter os nordestinos em sua região de origem (PEREIRA, 2004).

A solução encontrada por Celso Furtado foi a inserção do Maranhão ao Nordeste, uma vez que o diagnóstico da Região Nordeste feito pelo economista foi a escassez de terras aráveis e úmidas, extrema concentração de terras açucareira e predominância da agricultura de subsistência. O Maranhão apresentava características de clima e vegetação bem diversificada, tendo uma grande porção de terras com característica de vegetação e clima amazônicos, além do vasto litoral. Portanto, a inclusão do Maranhão no Nordeste não se deu por suas características climáticas, como podemos observar em depoimento de Furtado de 1959, transcrito por Pereira (2004):

> Podemos fazer crescer o Nordeste. Podemos incorporar ao Nordeste precisamente aquilo que lhe falta: terras úmidas, terras com invernos regulares. […] Em nosso esquema, o Maranhão é uma peça fundamental, porque absorve gente e produz mais alimentos (PEREIRA, 2004).

Vale lembrar que a ideia de colonização do Maranhão, enquanto povoamento, entrou em vigor deste a década de 1940, período em que o governo federal entendia que as terras deste estado eram despovoadas, e também para impedir o crescimento da imigração dos estrangeiros. Portanto, as ideias de colonização do Maranhão são retomadas a partir das análises estratégicas de Furtado, tendo em vista que, ao serem colocadas em práticas, houve seleção das áreas mais úmidas do território maranhense para a implantação do plano de colonização, com destaque para áreas entre os municípios de Pindaré e Alto Turi. Contudo, esse plano de colonização não se deu de forma pacífica, mas com muita violência, expulsão dos pequenos proprietários e posseiros.

> Os pretensos proprietários, em sua maioria, mineiros, paulistas, goianos, paranaenses e capixabas, além de outros, em menor proporção, chegaram à região no final da década de 1960 e, de posse de títulos frios, adquiridos nos seus Estados de origem trazidos ao Maranhão apenas para o registro cartorário, iniciaram o serviço de limpeza das áreas adquiridas. Tudo se conseguia com a ajuda preciosa de policiais sem escrúpulos que agiam por determinação de superiores e com a proteção de políticos, tanto da região quanto de fora dela. Posseiros, muito deles, tendo sua família radicada ali, há várias décadas, antes mesmo de se pensar na construção das rodovias Belém-Brasília ou Açailândia-Santa Luzia, foram forçados por jagunços armados a abandonarem tudo. Quando procuravam proteger o que lhes pertenciam por direito, eram impiedosamente abatidos em verdadeiras chacinas (SOUSA, 2016 *apud* ASSELIN, 2009, p. 121).

No que diz respeito à história recente do Maranhão, denota-se que suas

bases de formação política e social foram marcadas pelo poder das oligarquias, as quais enriqueceram e fortaleceram-se pelo domínio das terras e pela imposição do clientelismo.

> Estabelecendo estruturas governamentais fortes, o Estado maranhense expandiu continuamente o seu poder, restringindo a capacidade de mobilização dos grupos e de suas possibilidades de influência, de forma autônoma e a partir de seus interesses específicos, no processo de tomada de decisões em torno de Políticas Públicas. Esse processo se sustenta na centralização de recursos financeiros e políticos nas mãos de um grupo, o qual sistematicamente procede à intermediação/concessão desses recursos. É da ocupação desse "*locus*" privilegiado – o Estado – que a oligarquia retira o seu poder de controlar os grupos que se manifestam na esfera social (GUILHON, 1996, p.02).

Essa concentração do poder no Maranhão impactava diretamente nas políticas de desenvolvimento econômica proposta para o Estado, impactando também a localização geográfica, que no primeiro momento estava dentro da área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e em segundo momento na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Mas é certo afirmar que o projeto desenvolvimentista para esse estado, como já destacado acima, envolvia a "colonização", sendo esta atividade um processo que afirmativamente não desenvolveu o estado, causando, na prática, a desapropriação de terras das comunidades tradicionais e pequenos agricultores. Essa conjuntura também envolveu as lutas de movimentos revolucionários e de organizações da classe trabalhadora, o que representava, para as elites locais e para as oligarquias, uma ameaça às estruturas e relações de poder estabelecidas no estado.

Quando abordamos a questão da concentração e disputa de poder, é possível perceber o cenário que o Brasil apresenta no período de 1960 a 1964, período de transição política entre a experiência democrática e o golpe civil-militar de 1964. José Martins de Sousa enfatiza que as forças políticas erigidas naquele momento tinham por finalidade impedir o crescimento das lutas sociais e o fortalecimento político dos trabalhadores, principalmente trabalhadores rurais, e sobretudo as reformas de base decretadas em março de 1964 por João Goulart. Conforme o historiador Jorge Ferreira, o governo de João Goulart, que iniciou em 1961, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, foi marcado por projetos reformistas que tinham apoio de partidos de esquerda, especialmente voltados à reforma bancária,

fiscal, urbana, tributária, administrativa, agrária e universitária, “além da extensão dos votos aos analfabetos e oficiais não graduados das Forças Armadas e a legalização do Partido Comunista Brasileiro” (FERREIRA, 2003, p. 351).

Para Martins (1985), o decreto de reformas de base declarava um interesse social para fins de desapropriação de terras inexplorada ou exploradas sem atender à função social de propriedade, mas, acima de tudo, o decreto não beneficia os grandes fazendeiros e os interesses da especulação imobiliária, negociantes, bancários e industriário. Esse decreto, por fim, abriria possibilidades de reforma da estrutura fundiária no Brasil, isto é, a reforma agrária. Dessa forma, com o golpe e a instauração dos governos militares, muitos decretos referentes à questão fundiária foram extintos, com exceção daqueles favoráveis aos interesses daqueles que articularam e apoiaram o governo militar, justificado pelo interesse no desenvolvimento econômico e a defesa da propriedade territorial rural.

> É que o encaminhamento da questão fundiária pela ditadura militar, não podia fazer-se separadamente da questão do desenvolvimento econômico, inclusive do desenvolvimento de agropecuária, entendidos como fortalecimento da grande empresa capitalista e sua expansão. O governo procurou ajustar o problema da terra aos objetivos do desenvolvimento econômico, e ao mesmo tempo, aos objetivos da segurança nacional, o que significa impedir ou dificultar o desdobramento político da luta pela terra (MARTINS, 1985, p.33).

É importante situar, ainda que brevemente, os cenários que antecederam esse golpe. Conforme a avaliação do historiador Carlos Fico (2017), o governo de Juscelino Kubitschek transcorreu com determinada estabilidade, ancorado na boa imagem associada às ideias de modernidade, otimismo e democracia. O Plano de Metas apresentava progressivos índices favoráveis ao crescimento econômico, e mesmo com as constantes greves, estas eram intermediadas pelo Ministério do Trabalho, conduzidas pelo vice-presidente João Goulart. Fico (2017) aponta ainda uma importante figura para contenção das crises militares acontecidas dois dias da posse do Governo de Juscelino que foi o Ministro de Guerra General Henrique Teixeira Lott, e que foi lançado como candidato a presidente pelo PSD. Estavam postas as eleições de 1960, sendo que, em disputa, venceu o candidato Jânio Quadros com maioria de votos e foi eleito como presidente, já o vice-presidente foi eleito João Goulart, derrotando o vice-presidente Jânio Quadros.

O governo de Jânio Quadros foi marcado por plano de estabilização,

aberturas de inquéritos de suspeitas de corrupção nas diretorias das autarquias como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Rede Ferroviária Federal e a Companhia Vale do Rio Doce. Fico (2017) relata que Jânio Quadros já tinha planos de obter maiores poderes como Presidente através de um golpe, intencionalmente enviou João Goulart a uma viagem à China e desastrosamente renunciou, acreditando que haveria mobilização para o seu retorno. Contudo, isso não aconteceu, assumindo o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, devido à ausência do vice-presidente em viagem à China. Nesse momento, os ministros militares recusaram a posse do novo presidente, alegando o passado getulista de João Goulart, em sua trajetória como Ministro do Trabalho, por suas ligações com a classe operária e com os comunistas (FICO, 2015).

Apesar das iniciativas golpistas, João Goulart tomou posse em 1961 e em 1963 venceu o plebiscito por maioria dos votos. No entanto, o cenário de seu governo foi marcado por fortes campanhas de desestabilização, financiadas por empresários e do governo norte-amerccano, que mobilizaram outros setores da sociedade civil, principalmente mulheres, donas de casas e cristãs. Carlos Fico (2015) afirma que estas campanhas de desestabilização não foram bem sucedidas, pois, pela pesquisa IBOPE da época, a popularidade do presidente não diminuiu e que a proposta de reforma de base, na qual estava incluída a reforma agrária, tinha apoio de 70% da população. Entretanto, as propostas de reforma de base assustavam ainda mais a classe empresarial e elites rurais. A tensão destas elites aumentou quando o presidente João Goulart, em um comício realizado na Central do Brasil, Rio de Janeiro, em 13 de março de 1694, discursou sobre o decreto presidencial que declarava desapropriação de terras para interesse social (FICO, 2015).

> [...] anunciou decreto desapropriando terras nas margens de rodovias, ferrovias e açudes públicos - espécie de sinalização em favor da reforma agrária - e outro que encampou refinarias particulares. Disse ainda que, finalmente, remeteria a mensagem ao Congresso explicando as reformas de base. Enquanto ele fazia seu discurso, moradores da Zona Sul do Rio de Janeiro, em protesto, acenderam velas nas janelas de seus apartamentos. (FICO, 2015, 49).

Outras mobilizações foram deflagradas neste período, sendo que a maior de todas foi a denominada "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", em 19 de março de 1964. Esta mobilização reuniu várias famílias que vinham às ruas pedindo

a intervenção das Forças Armadas no processo político e a destituição do presidente João Goulart. A Marcha foi organizada tanto por fazendeiros do café, quanto por membros do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), entidade de caráter civil-militar e grandes empresários.

Além das mobilizações promovidas pelo IPES, que já articulavam desde 1961 campanhas contra Goulart, havia também o financiamento dos Estados Unidos nessas campanhas de forma que o governo norte-americano teve papel significativo de apoio ao golpe, sobre o pretexto de possíveis interferências de países comunistas como Cuba e União Soviética, uma vez que João Goulart diante as tomadas de decisão de cunho nacionalista e posicionamento pelas reformas de base foi associado como comunista pela base civil-militar. O significativo apoio dos Estados Unidos para o Golpe de abril, além do temor das interferências dos países comunistas no Brasil, fica evidente o interesse pelas questões das relações econômicas entre o Brasil e esse país, pois João Goulart não aceitava a interferência do FMI, e ainda devido o colapso da economia brasileira, o governo norte-americano temia que as dívidas e precatórias não fosse pagas. Desta forma, quando o Governo de Castelo Branco implanta o Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), proporcionando aumento do investimento do capital estrangeiro e a submissão do Brasil ao sistema financeiro internacional (FICO, 2015).

O Paeg tinha por objetivo acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico que segundo o governo militar foi interrompido durante o Governo de João Goulart. Dentre as diretrizes do Paeg estava a modernização da agricultura, de forma que o projeto desenvolvimentista do governo militar se baseava na especulação da terra, principalmente vislumbrando as grandes extensões para o desenvolvimento agropecuário, grandes plantações de soja, extração de minérios e ouro, aumentando, através de atos legais, a expulsão dos pequenos lavradores, povos originários, e formando as correntes migratórias do nordeste para sul, sudeste e norte, ou para outras regiões do nordeste. Um recorte sobre as formas “legais de remoção” das pessoas, grupos de famílias, povos originários, com informações aos órgãos governamentais, podem ser percebidos pelo Decreto n. 70.430 de 1972:

> Art 1º. Na execução dos planos de desenvolvimento agropecuários financiados por incentivos fiscais e, em áreas pioneiras, por estabelecimentos oficiais de crédito, as empresas observarão o disposto no artigo 2º, § 3º, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

> *Parágrafo único.* Compete ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma (INCRA) fiscalizar o estrito cumprimento do disposto neste artigo.
> **Art 2º.** As pessoas domiciliadas na área dos empreendimentos a que se refere o artigo anterior, formem elas ou não, coletividades urbanas, não poderão ser deslocadas de suas moradias ou da posse de terras por elas cultivadas sem audiência prévia do Ministério da Agricultura (BRASIL, 1972).

Segundo Martins (1985), esse decreto surgiu em um contexto marcado por atos violentos de remoção de comunidades nas áreas dos grandes empreendimentos. Os processos de remoção, segundo Martins (1985),passavam inicialmente por tentativas de aliciamento, depois por meio de ameaças, e, por último, de modo compulsório. Sobre a jurisdição do Conselho de Segurança Nacional, intencionou-se a federalização das terras amazônicas, com objetivo de desempoderar as oligarquias regionais, comerciantes, e substituí-los pelo grande capital, escamoteando os conflitos no campo. O período conhecido como “milagre econômico brasileiro”, também foi conhecido como o período de maior repressão e violência, com muitas prisões, torturas e desaparecimentos de lideranças e policiais.

> O "milagre brasileiro" garantiu ao general Médici elevados índices de popularidade, ainda que seu governo tenha correspondido ao auge da repressão. O aparente paradoxo explica-se não só pelo "milagre brasileiro", mas também pela censura. Enquanto a propaganda política divulgava amplamente as grandes obras, o crescimento econômico e o sucesso do Brasil no futebol, a censura ocultava da população quaisquer sinais que indicassem a brutalidade da repressão política (FICO, 2015, p. 82).

Segundo Martins (1985), os conflitos no campo eram acirrados e violentos, sobretudo na área da amazônica durante o período ditatorial. A federalização e militarização das terras contribuíram significativamente para o aumento dos conflitos. É importante atentar que os conflitos não eram entre as pequenas burguesias e a oligarquias, mas estas frações de classe contra os pequenos agricultores, as comunidades indígenas e comunidades tradicionais.

Lígia Osório da Silva, no texto "Desenvolvimentismo e intervencionismo militar", discute a inserção dos objetivos do plano de desenvolvimento econômico na agenda dos oficiais das forças armadas no período de 1945 a 1964. A autora aponta que a intervenção militar nas discussões sobre o desenvolvimento econômico pode ser percebida antes da ditadura militar, de tal forma que a sustentação do governo de Getúlio Vargas em 1945 foi ápice da constituição das forças armadas que já se articulavam de modo propor o desenvolvimento de um polo industrial para o Brasil.

Além disso, a política econômica desenvolvimentista poderia estar intrínseca à própria natureza militar enquanto perspectiva de estratégias e táticas, vistas enquanto integrantes do aparelho estatal e treinadas na doutrina "Ordem e Progresso".

Contudo, quando as discussões sobre os planos de desenvolvimento econômico do país passaram a constituir uma pauta na agenda dos oficiais, também surgiram facções, dentro das Forças Armadas, que empenharam-se em defender o nacionalismo e, simultaneamente, a abertura ao capital estrangeiro. O resultado das lutas destas facções culminou, entre outros fatores, no golpe de abril de 1964. Ligia Osório Silva (2006) nos faz refletir que, mesmo após ditadura e o processo de abertura política e redemocratização, ainda foi possível perceber a legitimidade das Forças Armadas em “garantir a lei e ordem”, sendo assim delegada a elas a função de impedir os conflitos sociais.

No Maranhão, se presenciou tal discurso assim que o golpe militar foi instaurado, momento em que as forças políticas e militares nesse estado já estavam articuladas e alinhadas ao regime, fornecendo apoio imediato e integral ao movimento “revolucionário” de abril de 1964. Dessa forma, em discurso proferido em 08 de abril de 1964, o Governador do Maranhão, Newton Bello, já explicitava congratulações ao golpe em movimento e ao papel das Forças Armadas:

> Integral solidariedade às gloriosas Forças Armadas pela defesa das instituições democráticas e sua *enérgica ação repressiva contra a conspiração comunista que ameaçava a Nação*; decidida colaboração ao retorno do país à tranquilidade e à completa normalidade constitucional [...], e [defesa da] eleição mais cedo, possível, na forma da Constituição, do novo presidente da República [...] cuja escolha deverá recair na pessoa do general do Exército Humberto de Alencar Castelo Branco [...]. (BORGES, 2020, p.72, grifos do autor).

Por estar situado entre o Norte e o Nordeste, o Maranhão faz parte da Amazônia Legal. As estruturas oligárquicas no estado do Maranhão sempre foram presente, firmando o núcleo do duro do estado, estabelecendo uma centralização do poder político, de forma a privilegiar seus interesses. Dois períodos oligárquicos foram bem evidentes nesse período da ditadura: a oligarquia vitorinista (de 1946-1964), associada à hegemonia política de Vitorino de Brito Freire, e a oligarquia Sarney (1964 a 2015). Para fins de marco metodológico deste estudo, abordaremos a oligarquia Sarney.

3 “O MARANHÃO FOI PARA O ESPAÇO... E QUEM GANHA COM ISSO É A COMUNIDADE”: O REMANEJAMENTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS PARA IMPLANTAÇÃO DA BASE DE LANÇAMENTO.

3.1 As oligarquias maranhenses e o desenvolvimentismo

Neste capítulo, pretende-se discutir o processo de implantação da base de lançamento de Alcântara e o remanejamento das comunidades quilombolas. Vale relembrar que, principalmente a partir da década de 1960, o Maranhão entrou no planejamento do desenvolvimento econômico, sendo visto como ponto estratégico para remanejamento de pessoas da região nordeste e outros estados, mas principalmente numa perspectiva de contenção: como forma de limitar a migração de nordestinos para as regiões do centro-sul.. As experiências pioneiras da colonização foram desastrosas para a população que já habitava no território maranhense, como os posseiros, indígenas e ribeirinhos.

Mesmo antes da ditadura militar, o Maranhão já vivia sob ações autoritárias e repressivas dos coronéis e dos governos locais que instituíram oligarquias políticas, mantendo a população sob o domínio do clientelismo. Com a consolidação do regime ditatorial, a eleição dos governadores ficou subordinada aos militares, sendo que os governadores escolhidos eram orientados a seguir as diretrizes, principalmente naquilo que se referia à "segurança nacional" por meio da repressão aos movimentos contrários ao regime.

As oligarquias dominantes no Maranhão, diferentemente das forças estabelecidas pelos coronéis em outros estados, sempre posicionaram-se a favor dos ditames dos governos federais, de forma que, assim que instaurado o golpe as primeiras iniciativas do então governador Newton Bello, da Assembleia Legislativa e militares do 24º Batalhão de Caçadores (24BC) deixavam explícitas suas saudações e adesão integral ao movimento golpista de 1964.

Como demonstrou a historiografia, a herança histórica das políticas das oligarquias tem raízes nas políticas dos governadores de 1890 a 1930, e nos poderes delegados aos grandes cafeicultores e agropecuaristas. Nas relações políticas construídas durante esse período, a moeda de troca era o apoio integral ao governo federal, que, em retribuição, não intervinha no poder dos governadores locais.

No que diz respeito às oligarquias do Maranhão entre o período de 1945 ao período do governo militar, duas oligarquias foram bem explícitas, o vitorinismo e o sarneísmo. Estas oligarquias se caracterizavam pelo poder político articulado que mantinha o controle da máquina estatal, definindo os governadores e prefeitos. Dessa forma, mesmo que não fossem necessariamente os representantes oficiais em cargos políticos, mantinham sob seu controle todas as decisões políticas.

O vitorinismo foi a denominação dada à oligarquia de Vitorino Freire, que em 1933, foi escolhido como secretário-geral do Maranhão, afastando-se durante o Estado Novo por recomendação do Presidente Getúlio Vargas, e convocado a integrar a equipe do Ministro de Viação e Obras Públicas. Voltou à cena política em 1947, quando foi eleito senador do Maranhão, iniciando então um período de quase vinte anos de domínio político. Segundo Borges (2020), a política utilizada pelo vitorianismo era do tipo mandonista, com influência sobre a indicação de todos os governadores daquele período. O vitorinismo não se opôs ao golpe militar, mas as alianças e as influências já estavam enfraquecidas desde a eleição do Presidente Jânio Quadros. Essa conjuntura logo [...] "abre espaços logo capturados pelo ex–pessedista e neo–udenista, deputado federal José Sarney, incansável na busca de tomar para si a função de porta-voz das demandas maranhenses junto ao governo federal.[...]" (BORGES, 2020, p. 8).

As disputas entre Vitorino Freire e José Sarney ainda se prorrogam até 1964, pois com a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart, Vitorino Freire restabelece suas alianças políticas, enquanto que José Sarney aproxima-se mais dos militares. Nas eleições de 1962, Sarney foi eleito deputado federal, já articulando suas eleições para governador do estado do Maranhão previstas para 1965. Contudo, o golpe de abril de 1964 impossibilitou as eleições, posteriormente restringindo a candidatura de partidos da oposição, os quais foram cassados e perseguidos. Com o novo cenário, foram lançadas ao pleito apenas as candidaturas de José Sarney, que incorporou sua coligação à União Democrática Nacionalista (UND); a candidatura de Renato Archer, pelo Partido Trabalhista Brasileiro e com o apoio de Vitorino Freire e Cid Carvalho; e a candidatura de Costa Rodrigues, pelo Partido Democrata Cristão, e apoiado pelo Governador Newton Belo, que havia rompido com o vitorinismo (BORGES, 2020).

Sarney venceu as eleições, apoiados pelos militares e também pelo carisma popular criado pelo mensagem esperançosa como o slogan utilizado durante todo o

período de sua oligarquia "Maranhão Novo" e "Novo tempo", a oligarquia estava posta e duraria por 50 anos, sempre baseado em poder ideológico, populista e clientelista, apoiados em discursos do desenvolvimento econômico e prosperidade para o Maranhão.

> As temporalidades da política no Maranhão estão intrinsecamente associadas ao grupo Sarney e seu projeto de dominação na política regional e local, vinculado ao discurso de modernização econômica desde 1965. A base ideológica desse projeto foi construída sob o mito do passado de um Maranhão de prosperidade (BARBOSA, 2003, p. 01).

Sobre o mito da prosperidade se fez constante durante o período do sarneismo, as ideias de colonização, discutidas no capítulo anterior, eram objetivos do governo federal com apoio dos governos do estado, alegavam nestes objetivos o desenvolvimento econômicos das regiões e o país. O governo de José Sarney, portanto, integrou o movimento da política desenvolvimentista adotada pelo governo militar, ajustando-se ao capital privado e a acumulação capitalista, preservando, contudo, o poder das oligarquias (BARBOSA, 2003).

Conforme Arlete Borges (2020), o prolongamento da oligarquia se deu por substituições de apoiadores e disputadas aos cargos de governadores que alicerçaram as bases da oligarquia dominante, que foi o sarneismo. Enquanto governador do estado do Maranhão:

> O governo de José Sarney (1966–1970) transcorreu em fina sintonia com os governos militares, tanto em termos políticos, como na retórica e projeto desenvolvimentista. A chamada modernização do Maranhão, empreendida por Sarney, é comumente associada a grandes obras, como: construção da usina hidrelétrica de Boa Esperança, que passou a fornecer energia a cerca de 40 cidades do interior no MA, PI e CE; as primeiras estradas asfaltadas (cerca de quinhentos quilômetros) (BORGES, 2020, p.72).

Sob o título da modernização e desenvolvimento os projetos políticos que favoreceram o grande capital foram instalados a custa de várias vidas removidas ou arrancadas de suas terras e deste plano terreno, voltando os dizeres de José Paulo Netto: o projeto desenvolvimentista da ditadura não logrou romper com as pré-condições da formação social brasileira, mas os manteve e os redimensionou. Estrategicamente e taticamente a ditadura impôs as diretrizes do capital que não expropria apenas o material, mas também o subjetivo, quando a população não se

sente impactado pelas mazelas que sofre, não reconhece o opressor e não verbaliza a opressão por medo e por alienação.

A modernização enfocada pela elite e oligarquia, como já foi referido anteriormente, não logrou prosperidade para as camadas mais pobres do Maranhão, segundo o Censo de desigualdade sociais do IBGE (2020), quando se compara o nível do gráfico das Unidades de Federação do Brasil para linha da pobreza o Maranhão destaca-se Maranhão com 1 em cada 5 maranhense na situação de indigência por situação monetária, o índice de pobreza subjetiva é 62,86% da população maranhense (IBGE, 2003). Considerado um dos estados mais violentos, segundos dados do IPEA de 1989 a 2003 os casos de morte violenta no Maranhão variaram entre 1292 em 1989 a 2692 em 2003. E os números só cresceram entre 2003 a 2019, chegando a esse ano de 2019 com 4.514 óbitos por morte violenta.

> Dados do Atlas da Exclusão Social no Brasil (2003), informam que a Região Nordeste apresentava só na área rural 53,7% de pessoas pobres. E da Região, o Maranhão apresentava-se como um dos estados com maior índice de exclusão social, com a totalidade dos municípios maranhenses em situação de pobreza. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2013) registrou que das cidades brasileiras com menor IDH-M, (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, uma adaptação do IDH para o Brasil) 06 (seis) estão no Maranhão, (Fernando Falcão, Marajá do Sena, Jenipapo dos Vieiras, Satubinha, Água Doce do Maranhão e Lagoa Grande do Maranhão) registrou ainda que o Maranhão possui o segundo pior IDH do país: 0,639, situando-se na 26ª posição do Ranking IDHM Unidades da Federação 2010. Destaca-se que dentre os índices que compõem o IDH, o que mais contribui negativamente para o Estado figurar nesta posição, é o da Educação, cujo IDHM era de 0,562 (ARAUJO; CARNEIRO, 2018, p.10).

A título de ilustração, trazemos o discurso de posse do governo José Sarney em 1966, que traz as principais expressões e questões sociais vivenciadas pela população maranhense naquela época e que permanecem vigentes nos dias atuais:

> O Maranhão não suportava mais nem queria o contraste de suas terras férteis seus vales úmidos de seus babaçuais ondulantes e suas fabulosas riquezas e potenciais com a miséria, com a angústia, com a fome e com o desespero [...].
> *O Maranhão não quer a violência como instrumento da política, para banir os direitos mais sagradas que são os da pessoa humana com a impunidade dos assassinatos garantidos pelos delegados e liberdade reduzida apenas uma oportunidade para abastardar os homens.* [...]
> O Maranhão, não quer a desonestidade no Governo a corrupção nas repartições e nos despachos. O Maranhão não quer a miséria, a fome, o analfabetismo e as mais altas taxas de mortalidade infantil, de tuberculose, de malária e de sintomas como interstícios do cotidiano [...].

> O Maranhão não quis morrer estático de olhos parados e ficar caudatário marginal do progresso olhando o Brasil e o Nordeste progredir enquanto nossa terra mergulhada na podridão não podia marchar nem caminhar, como iremos abrir novas estradas, como iremos formar nossos técnicos, como iremos construir os nosso portos, como iremos industrializar o Maranhão e criar novos empregos como iremos mudar a face do Maranhão 100% pobre quanto a habitação, vestuário e alimentação (SARNEY, 1966,s.p (grifos nossos)).

O historiador Wagner Cabral da Costa, em sua dissertação de mestrado intitulada “Sob o signo da morte: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão (2001)”, nos esclarece que o dia da Posse do governador José Sarney foi mediatizado pelos jornais da época, ficando conhecido como "O Dia da Independência do Maranhão". A partir das análises do autor, podemos evidenciar o que Sarney usaria de instrumentos midiáticos para moldar o imaginário da população, tanto que o discurso transcrito sinteticamente acima faz parte de um curta-metragem, realizado pelo diretor Glauber Rocha, encomendado pelo próprio Sarney, para a transmissão no dia de sua posse.

Segundo Costa (2001), esse documentário gerou muitas polêmicas, e foi o meio assertivo de Sarney para reforçar sua popularidade diante da opinião pública. Dessa forma, foi aberto “uma acirrada competição em torno das representações de ideias e imagens, em que os imaginários sociais se constituíram simultaneamente em lugar e objeto de confrontos sociais e políticos existentes em âmbito regional" (COSTA, 2001, 30). E neste imaginário foi disseminado o "milagre econômico maranhense", através do slogan *Maranhão Novo,difundido* no imaginário coletivo por meio da mídia.

O Governo Sarney implantou um projeto político denominado "Maranhão Novo", que, segundo Pereira (2004), teve quatro objetivos: 1) a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA) que deveria coordenar, planejar e controlar a política de desenvolvimento econômico e social, além de implantar e de incentivos fiscais; 2) a criação do Grupo de Trabalho e Assessoria e planejamento de governo que teria por objetivo o planejamento do plano Quadrienal de Desenvolvimento Econômico do Maranhão; 3) a criação da Reserva Estadual de Terras e seus órgãos como as Delegacias de Terras, no interior do Estado, estas tinham por objetivos "disciplinar a ocupação e titular as terras devolutas; 4) a implantação da Lei nº 2.979/69, conhecida como a "Lei de Terras de Sarney", que tinha por objetivo autorizar o governo do estado do

Maranhão a vender grandes extensões de terras consideradas devolutas. a venda das terras dava-se por "preenchimento de simples requerimento, permitia a criação de sociedades anônimas, sem números limitados de sócios, com o discurso de regularizar a situação fundiária (PEREIRA, 2004).

O grande negócio do capital é a terra e a especulação da mesma, uma mercadoria de grande valor. O discurso proferido por Sarney já vislumbrava a extensão territorial do estado e, certamente, a possibilidade de exploração pelo capital, demarcando, em suas palavras, que: “dos 150 mil km quadrados cobertos de babaçu e que cada vez mais iremos exportar, valorizar e industriar e mostrar ao Brasil que ao invés de um problema, uma grande solução para todos nós” (SARNEY, 1966).

Várias foram as estratégias utilizadas pela elite para apropriação de terras, sendo essas terras alvo de grilagens, tendo respaldo e legitimidade do estado através das instituições a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO), Companhia de Colonização de Terras do Maranhão (COTERMA) e o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), bem como o apoio integral do governo de Castelo Branco ao governador do estado.

Desta forma, o cenário no interior do estado era marcado por diversos conflitos agrários e pela indústria da grilagem em vários municípios do Maranhão, principalmente na áreas consideradas de colonização, como a região do Alto Turi e na capital, onde eram realizadas obras como construção da barragem do rio Bacanga e do Porto do Itaqui. Além disso, convém mencionar a construção da ponte (conhecida atualmente como Ponte José Sarney) sobre a foz do rio Anil, interligando o centro da capital São Luís às praias e ao bairro São Francisco.

A construção da ponte sobre a foz do Rio Anil era um projeto recorrente, atravessando promessas de vários governadores, sendo construída em 14 de fevereiro de 1970. A construção da ponte envolvia o reforço do discurso político do progresso, de modo que, pretensiosamente, o governo do estado apelidou a ponte como “Ponte da Esperança”, e criou um bairro chamado Renascença, o qual, na visão do governo maranhense da época, seria um bairro moderno e desenvolvido, onde posteriormente instalou um parque de comunicação da família Sarney e se constituiu um bairro para a elite da época (PEREIRA, 2008). No entanto, o progresso veio à custa de impactos sobre os direitos de várias famílias que já habitavam essas áreas.

> [...] Os moradores, cerca de sete mil famílias, concentradas principalmente no Bairro São Francisco, cederam lugar, forçadamente, depois da construção da Ponte José Sarney[...]. Muitos foram transferidos para o outro lado da cidade, área reservada à cidade industrial, o que gerou queixas da população, por ficarem afastados de seus locais de trabalho. Os remanescentes do São Francisco foram confinados em uma área alagada, sem menor condição sanitária na Lagoa da Jansen, conhecida como Ilhinha [...] (PEREIRA, 2008, p.46).

Ao contrário de todo o discurso, a principal ação desse governo foi a violação dos direitos da pessoa humana, “direitos mais sagrados”, que é a vida, o direito ao convívio familiar em seus territórios e a sua identidade.

José Sarney governou o Maranhão até 1970, quando deixou o cargo para pleitear uma vaga de Senador, sendo eleito em 1968. A partir do cargo de Senador, pode articular-se como principal representante do estado, dando continuidade a sua oligarquia e também aos planos de desenvolvimento, como, por exemplo, o projeto minero-metalúrgicos, em especial o Projeto Grande Carajás, que fazia parte do II Plano de Desenvolvimento com o objetivo de implementar projetos de exploração de minérios, metalúrgicos e agropecuários.

O Projeto Grande Carajás foi instituído pelo Decreto de Lei nº 1813 em 24 de novembro de 1980, destinando para esse empreendimento uma área de 9000 mil km² entre os estados do Tocantins, Pará e Maranhão. Segundo Pereira (2004), o Projeto Carajás passou a acompanhar e analisar projetos interessados no espaço geoeconômico de Carajás, que em suma seria um corredor de escoamento dos minérios extraídos do Pará até o porto do Itaqui, em São Luís, capital do Maranhão. O Projeto Carajás culminou na construção de uma ferrovia que transpassaria 27 municípios do estado do Maranhão, sobretudo aqueles localizados a noroeste do estado. No entanto, poucos benefícios sociais foram percebidos pelas cidades que são cortadas pelo “trem da Vale”, como é conhecido.

> De acordo com a agência A Pública, em média cada composição transporta 330 vagões, com 3,3 quilômetros de extensão, cortando mais de 27 municípios e afetando aproximadamente 100 comunidades, incluindo algumas situadas dentro de 28 unidades de conservação, dentre as quais 86 comunidades quilombolas e outras que envolvem terras indígenas ou assentamentos da reforma agrária (MAPA DE CONFLITOS, on-line).

A construção da Estrada de Ferro Carajás iniciou com a instalação dos trilhos nos primeiros 15 km em agosto de 1982, a obra continuou até alcançar a divisa

entre Maranhão e Pará em 1984. Neste ponto foi construída a ponte Mista de Marabá. A obra foi oficialmente inaugurada em outubro de 1984 no governo militar de João Figueiredo. Inicialmente a ferrovia objetivava o transporte de minérios de ferro e de manganês, posteriormente iniciou o transporte de pessoas.

A Estrada de Ferro Carajás atualmente interliga três municípios Açailândia, Imperatriz e Estreito, articulando em 226 quilômetros a Ferrovia Norte-Sul, o que possibilita o alcance das terras produtoras de grãos do Centro-Oeste ao Sul do Maranhão, formando um corredor de exportação dos minérios e de grãos tendo como referências as cidades de Balsas, Açailândia, Imperatriz e Santa Inês (FERREIRA, 2008, p. 176).

Figura 1 – Slogan da Vale para comemorar os 30 anos da Estrada de Ferro Carajás

Fonte: http://www.portosma.com.br/noticias/noticia

Chama atenção a frase "Mais que uma história, um exemplo da capacidade humana de ver *onde nada havia para ser visto*...", questionamos a partir do enunciado em destaque "nada havia para ser visto", se ao longo do percurso da linha de ferro não haviam pessoas indígenas, quilombolas entre grupos de indivíduos vivendo naqueles territórios? Deparamo-nos com as estratégias da colonialidade do poder, da forma pelo qual o poder estabelecido pelo "Estado-nação de brancos" exclui e invisibiliza os habitantes da terra mais pobres e minorias (QUIJANO, 2005).

Dessa forma, é possível compreender que a invisibilidade das pessoas dos territórios por onde passa o trem da Vale, empregada pelo Estado através da política de reforma agrária do período militar, relembrando a particularidade do Maranhão com a Lei de Terras de Sarney, sempre baseando no discurso do "despovoamento do território maranhense, favorecendo, portanto, os empreendimentos privados e o latifúndio. Assim, são invisibilizadas as histórias e os movimentos de lutas que esses

povos têm empreendido para preservar suas vidas e seus direitos, como é possível de se verificar nas denúncias feitas por jornais, comissões e movimentos sociais.

O processo de construção da ferrovia ocasionou uma série de impactos sociais e ambientais por todo o percurso da linha ferroviária. No Maranhão, as principais cidades atingidas ficam no vale do Rio Pindaré, Açailândia e Imperatriz, cidades onde mais existiram conflitos de terras e ainda hoje sofrem as mazelas desse "progresso". O Pe. Victor Asselin, em seu livro intitulado *Grilagem: corrupção e violência em terras Carajás,* demonstra as causas da grilagem no Maranhão e como o governo militar contribuiu com esse processo de forma permissiva, através da apropriação e venda de terras para a implantação do Projeto Carajás.

Neste sentido, podemos citar alguns números referentes aos assassinatos e desapropriação, levantados pela Comissão da Pastoral da Terra, entre 1974 a 1984, foram 130 assassinatos, dos quais 65 ocorreram nas áreas consideradas de "colonização", que não por coincidência, foram as mesmas áreas dos empreendimentos desenvolvimentistas. A Comissão da Pastoral da Terra denúncia:

> Este Estado não está à frente somente pelos números, mas pelo caráter politica aqui pesam muito mais. Chega-se mesmo a conclusão que há um TERRORISMO DE ESTADO no Maranhão tal envolvimento direto do goverrno maranhense. Houve 71 conflitos no Estado, com 14.717 famílias - 62.469 pessoas, envolvendo uma área de 435.695 ha. Houve 19 mortos, 40 feridos, 50 presos, 20 desaparecidas, 99 casas destruídas. Será preciso dizer alguma coisa mais? (CPT, 1985, p.18).

João Castelo assumiu o governo do estado do Maranhão em 1978, indicado e apoiado por José Sarney. Segundo Asselin (2009), ao assumir o governo, João Castelo encontrou conflitos sociais em todo o estado, desta forma viu na Igreja a forma de mediação desse conflitos, delegando um vigário da paróquia de Tutóia que percorreu vários municípios, conseguindo acordos e diminuindo os conflitos gerados pela grilagem e desapropriação de terras. Corroboramos com Asselin quando ele faz a seguinte crítica:

> Seria ingenuidade pensar que o governo se voltou para o interesse do povo, a realidade nos questiona e nos leva sempre a procurar descobrir a malícia que se esconde por trás das propostas, às vezes atraentes do Poder Público. O modelo é dominante , para ogoverno, é interessante encontrar os meios de acomodar o povo (AISLIN, 2009, p. 172).

3.2 O desenvolvimentismo e a implantação da base aérea de Alcântara

3.2.1 Contextualização histórica de Alcântara

Como se viu no capítulo anterior, em 1978, o governador João Castelo assume a gestão do Estado do Maranhão, após indicação de José Sarney. João Castelo foi sucessor do governador Nunes Freire, que era opositor ao grupo Sarney, sofrendo vários ataques ideológicos em seu governo, principalmente com denúncias de corrupção. Ao assumir o governo, João Castelo mantém as lógicas do sarneismo de governo, principalmente com investimentos em propagandas midiáticas, utilizando o slogan: "Um grande Maranhão para todos".

A perspectiva do novo governo baseava-se nas inovações modernizadoras dos grandes empreendimentos voltados aos projetos minérios-metalúrgicos (projeto Carajás, Projeto ALUMAR) gerenciados pela Companhia Rio do Vale Doce, na modernização da agricultura e aumento da produção pecuária. Mas, este processo não se deu de forma igual em todos os municípios do estado, assim como procede ao desenvolvimento do capitalismo "desigual e combinado".

Dito dessa maneira é importante ratificar que, enquanto algumas cidades maranhenses vivenciavam a implantação das obras consideradas pelo plano desenvolvimentista como sendo modernizadoras, outras pareciam alheias a esse processo, como é o caso da cidade de Alcântara.

A pesquisadora Grete Soares Pflueger (2011), em sua tese de doutoramento intitulada: Redes e ruínas – apogeu e declínio de uma cidade: o caso de Alcântara - Maranhão, enfatiza que Alcântara foi excluída do impulso industrial do Estado do Maranhão do período de 1880 a 1960, sendo este o apogeu do ciclo açucareiro e do algodão, e quando os governos autoritários maranhenses se formaram, Alcântara não recebeu incentivo e tampouco investimentos econômicos.

A cidade de Alcântara é um dos 217 municípios do Estado do Maranhão, localizado na Baixada Ocidental maranhense. Limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, ao sul com o Município de Cajapió, a leste com a Baía de São Marcos e ao Oeste com a Baía de Cumã. É distante vinte e dois quilômetros da capital São Luís, cujo acesso é feito por via marítima em um percurso que dura pelo menos uma hora de viagem em embarcações, como lanchas ou catamarãs. Por via terrestre o acesso é feito pela MA-106 com duração de doze horas.

Figura 2 – Mapa do Município de Alcântara – MA

Fonte: https://www.google.com/maps/place

Conforme o censo do IBGE (2010), a população é de 21.851 pessoas, dos quais 29.29 % vivem em área urbana e 70,71 % vivem em área rural. A área rural é composta por 207 povoados com características quilombolas, comunidades de pescadores. A economia baseia-se na agricultura familiar, extrativismo vegetal (coleta de juçara, coco babaçu, entre outros), pesca artesanal e serviços públicos. Sobre a situação socioeconômica do município, segundo dados do IBGE (2010): o índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é de 0,573, percentual da população com rendimento mensal de per capita de até ½ salário mínimo é de 56,4%, população ocupada é de 10,62% do total de habitantes.

Figura 3 – Centro da Cidade de Alcântara

Fonte: https://rainforestjournalismfund.org/

A fundação de Alcântara não tem uma data precisa, mas os estudos já realizados apontam ao ano de 1612, quando chegaram os primeiros franceses da expedição de Laverdiere. Alcântara era denominada pelos índios Tupinambás de Tapuitapera, que significa [..] "terra ou residência de tapuios ou cabelos compridos considerados a mais importante aldeia de índios tupinambás, distribuídos em aglomerados de 15 a 20 aldeias com uma população de 8.000,00 habitantes. (DUARTE, 2017, *apud* DIAGNÓSTICO, 2003). Em 1648, a aldeia passou a denominar-se Vila Santo Antônio, transformando-se em uma comunidade religiosa fundada pelos portugueses após a expulsão dos franceses.

Os primeiros colonizadores, sobretudo vinculados ao trabalho missionário junto às populações indígenas, transformaram a Vila de acordo com características arquitetônicas urbanas de Lisboa em Portugal. Já na metade do século XIX, o município possuía um quantitativo de mais de oito mil escravizados para o trabalho nos engenhos de açúcar, no trabalho das lavouras e na criação de gado (PFLUEGER, 2011).

Alcântara foi um município próspero até o final do século XIX, quando aconteceu a abolição da escravatura, e com a mudança do mercado agroexportador a economia local começou a entrar em declínio. De acordo com o laudo antropológico de Alfredo Wagner, publicado em 2006, a cidade de Alcântara foi sendo abandonada pela elite, ou seja donos de fazendas e grandes proprietários após a crise política em Portugal no início do século XIX, quando a família real retornou para Portugal, e também em momentos de crise econômica, como a queda do preço do algodão que ocasionou o endividamentos dos donos da fazenda com os mercados portugueses e ingleses em São Luís. Esses processos políticos e econômicos suscitaram o abandono das fazendas e também a transferências da elite, que gradativamente abandonou os casarões na sede da cidade.

> O processo de desagregação dessas fazendas de algodão levou inicialmente ao advento de uma pequena agricultura subordinada, correspondente a uma situação incipiente e intermediária entre escravo e camponês ou ainda a um "protocampesinato escravo", caso se considere a interpretação de Mintz, relativa às plantations de sociedades caribenhas (Haiti, Cuba, Santa Lucia, São Vicente), como fenômeno aproximadas. A desorganização da produção algodoeira em Alcântara foi, entretanto, de tal ordem e tão completo foi o abandono das fazendas pelos senhores – vendendo telhas, baldrames de casas-grandes destruídas, desmontando

> meios de trabalho e demais benfeitorias –, que tão logo resultou só em ruínas [...] (ALMEIDA, 2006, 48).

Conforme Alfredo Wagner Bento de Almeida (2006), esse abandono provocou o impulso e aumento significativo dos quilombos já existentes, assim como foram evidenciando a constituição de identificação do território alcantarense como "terra de preto, terra de caboclo e terra de santo". Em meio à derrocada da elite alcantarense, os quilombolas iniciaram um processo de reivindicação de sua autonomia no que se refere à produção e comercialização de produtos agrícolas e de pesca marítima, o que lhes garantia certa estabilização, mas, principalmente, fortalecia a identidade própria dos quilombos dentro de suas territorialidades específicas.

Com o abandono das fazendas, engenhos e casarões de Alcântara pelo baronato, a cidade foi demonstrando gradativamente suas ruínas, apresentando-se para alguns romancistas e intelectuais como uma "cidade morta", sobretudo na parte urbana. Essa situação perdurou até aos primeiros anos do século XX, com pouco investimento do poder público para reverter a situação econômica da cidade. As primeiras iniciativas do poder público, direcionadas à cidade ocorreram em 1948: o pedido de tombamento de Alcântara como patrimônio histórico, que para nada contribuiu para modificar a realidade da cidade.

Plueger (2011) fornece informações significativas acerca do abandono da cidade e o processo de tombamento, em especial a partir de alguns relatórios, livros poéticos, publicação em periódicos e jornais da época, publicado por intelectuais que denunciavam a deserção da cidade. Relata que as ruínas dos prédios e igrejas também foram alvos de tentativas de demolição sob a justificativa de higienização e urbanização. Transcrevemos aqui algumas dessas narrativas:

> [...] Que não sejam arrasadas as vetustas ruínas da Igreja da Matriz. Oponho-me e comigo o Instituto Histórico. Admira que você não tenha desde logo impedido. “Pois então meu caro poeta compreenderia você que Roma demolisse o Coliseu para ajardinar o local, e Athenas do alto da colina da Acrópole varresse as ultimas colunas do Parthenon para abrir um passeio público”? Não foi, é certo, Phidias quem construiu a matriz de Alcântara, nem outro archictetcto célebre dos áureos tempos da Grécia, mas também não se sabe quem elevou tantos edifícios que, embora sem grande valor artístico nos falam, em velhas cidades, das gerações que se extinguiram e das grandezas para sempre perdidas! Os povos cultos, quando querem modernizar os seus agrupamentos urbanos colocam as ruínas nos logradouros públicos entre flores, árvores, gramados e repuchos cantantes deixando-as realçar com o prestigio sua ancianidade venerável, os lugares de prazer, olhando em volta na nudez eloqüente das suas pedras (LOPES, 1927, p. 1 *apud* PFLUEGER, 2011, p.123).

Esta primeira narrativa foi descrita pela autora como sendo um debate realizado em 1927 pelo escritor Antônio Lopes, que protestava contra a demolição das ruínas, defendida pelo morador da cidade e Tenente Ulpiano Brandão, o qual estava amparado pela proposta higienista do período:

> Cidade meio abandonada, Alcântara guarda ainda as relíquias do fausto extinto". Edificaram-se num plano largo, quase monumental, ruas amplas, casas sólidas, numerosos sobrados, muitos dos quais verdadeiros palacetes. As suas igrejas: Carmo e a Matriz, hoje arruinadas, são relativamente notáveis pela sua construção e ornamentação. E a velha cidade morta, com os seus templos derruídos e casarões destelhados, têm a poesia do passado, da grandeza perdida, das relíquias veneráveis, vítimas não só do tempo, mas da incúria e do vandalismo dos interesseiros negociadores do espólio de uma prosperidade que se foi (LOPES, 1957, p.103, apud PFLUEGER, 2011, p.125).

Esta narrativa apresentada pela autora é uma denúncia tanto do abandono, como também da usurpação das riquezas encontradas nas Igrejas como as pratarias e riquezas, assim como as denúncias alertam para o descaso com a história e passado da cidade. Observa-se que o movimento para que a história e memória da Cidade fosse preservada foi uma luta dos movimentos intelectuais da época, a atenção para o direito de manter as originalidades e a compreensão pela história da formação social da história daquela cidade e de seus habitantes.

Figura 4 – Imagem das ruínas da Igreja de São Matias e do Pelourinho em Alcântara-MA

Fonte: FAPEMA (Disponível em: https://www.fapema.br)

Neste sentido, a demolição das ruínas tem sua equivalência ao apagamento dos fatos passados e identidade daquele povo, o suplemento da história.

> Em 1948, depois das diversas manifestações contrárias à demolição das ruínas e antigos casarões, sobrevieram as partes favoráveis a importância histórica da Cidade, o tombamento de Alcântara enquanto patrimônio histórico foi decretado pela "Lei N.º 26.077 - 'A', de 22 de dezembro de 1948, seguido de tombamento pelo processo Nº 390 t; inscrição Nº 254 no livro histórico; inscrição Nº521 no livro de belas artes e inscrição Nº 67 no livro arqueológico etnográfico e paisagístico, em 29.12.1948 e 10.10.1974." (PFLUEGER, 2011, p.128)

A autora ratifica que o reconhecimento de Alcântara enquanto patrimônio histórico foi anos antes do tombamento da capital São Luís, em comemoração aos 300 anos de fundação da vila Santo Antônio, na antiga aldeia Tapuitapera. Após a cidade ser reconhecida enquanto monumento nacional recebeu contribuições valiosos do arquiteto Pedro Alcântara que trouxera proposta de conservação do patrimônio e propostas para um desenvolvimento sustentável através do turismo e urbanização das áreas ao entorno da cidade histórica, que fora apresentado ao então Governador Matos de Carvalho em 1959, dentre as propostas destacava-se:

> a) Transformar a cidade num centro de cultura e lazer do Estado, da capital inserindo-a na rede turística nacional;
> b) Dinamizar o acervo histórico cultural e artístico existente e integrá-lo ao movimento cultural do Estado;
> c) Estimular o artesanato, gerando serviços para a comunidade. (PFLUEGER, 2011, p.132).

Apesar do tombamento da cidade em 1948 e dos estudos e diagnósticos realizados, a cidade ainda mantinha as características de abandono, e foi surpreendida em 1950 com a determinação de um presídio de segurança máxima estadual na parte central da cidade. A implantação do presídio seria na denominada Casa de Câmara e Cadeia, localizada na Praça Gomes de Castro, que podemos inferir como o centro da cidade. O Presídio permaneceu ativo de 1948 a 1966, quando foi construído o complexo penitenciário de Pedrinhas, localizado na BR 135 em São Luís.

Conforme aponta Pflueger (2011):

> O fato é que as políticas públicas Estaduais, mesmo ciente desses relatórios, poderiam ter direcionado o município para o turismo ou implantação de serviços, mas a decisão foi de instalar um presídio. Com a implantação do presídio e o afastamento dos investimentos, a cidade decaiu. Vale ressaltar que Alcântara reproduziu o modelo político vigente no Estado do Maranhão, alternando oligarquias e governos autoritários ao

> longo de sua história. Após a implantação do Centro de Lançamentos em 1980, na década de 1990, houve uma queda das oligarquias com eleição de prefeitos de partidos de oposição ,que logo em seguida foram derrotados e a cidade voltou a ter governos autoritários , seguindo o modelo do Estado. (PFLUEGER, 2011, p. 133).

A teoria do desenvolvimento desigual é percebida na Cidade de Alcântara, pois enquanto São Luís (capital) e alguns outros municípios maranhenses eram alvos do desenvolvimentismo militar por meio da implantação dos projetos industriais, projetos metalúrgicos e agropecuários, Alcântara esvaziava-se dos processos produtivos. Se analisarmos esse desenvolvimento desigual relacionado ao abandono do município pelo poder público, a partir da crítica de David Harvey (2005), podemos inferir que o plano de desenvolvimento para Alcântara estaria inserida em uma lógica capitalista imperialista, pertencente a uma estrutura de colônia, mas sob um aspecto de base estratégica de expansão dos meios de comunicação e transporte para os países imperialistas como os Estados Unidos.

Retomando o contexto militar brasileiro de 1964 a 1985, internacionalmente vivenciava-se ainda o temor da Guerra Fria, uma disputa ideológica pela hegemonia militar, econômica e política das principais potências mundiais, Estados Unidos e União Soviética. Essa disputa gerou uma corrida pelo desenvolvimento e controle espacial, e a instalação de bases aéreas espaciais tornou-se um plano de excelência para os Estados Unidos. Além disso, o momento foi marcado pela ênfase no discurso de segurança nacional contra o "comunismo", ilustrado, entre outras situações, no apoio à destituição de João Goulart do poder com a intuitiva Operação Brother Sam, e outros tratados anteriores, como a apropriação da Operação Pan-americana, proposta por Juscelino Kubitschek, e que os Estados Unidos utilizaram para implementar ações de erradicação da pobreza a América Latina. Intenção logo percebida por Celso Furtado como estratégia de repressão dos movimentos sociais contrários à "revolução" militar e qualquer tipo relação que trouxesse fragilidade ao controle que os estadunidenses mantiveram na América Latina.

As "solidárias" ajudas e investimentos do governo estadunidense desde a época de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros com financiamento para industrialização e construção de ferrovias, portos, aeroportos e também as bases áreas espaciais permitiram ao governo americano o controle e exploração das matérias primas como minérios, petróleos. Assim como criação de agências de inteligência e pesquisa tanto das áreas onde existiam tais recursos, assim como

investigação de áreas estratégias de implantação de suas bases militares. Aislin fala-nos das pretensões norte-americanas transcrevendo o discurso do Presidente Taff no 1º Congresso Pan Americano em Lima:

> Não está longe o dia em que três bandeiras de estrelas e listras assinalem em três locais equidistantes a extensão de nosso território: uma no Pólo Norte, outra no canal do Panamá e a terceira no Pólo Sul . Todo hemisfério será nosso já, que em virtude de nossa superioridade racial, é nosso moralmente". (Pres. Taft, dos EUA para o 1° Congresso Panamericano de Lima, apud Aislin, 2009, p.21)

O discurso acima aponta as prática neocolonialistas e eurocêntricas de poder, como trata Quijano (2005) em sua obra A colonialidade do poder:

> A expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. (QUIJANO, 2005, p.118)

Como se pode perceber, a mobilização de práticas violentas contra as minorias apresenta legados do passado colonial-escravista, de modo que, mesmo após a mudança dos períodos políticos, as justificativas elitistas e eurocêntricas mantiveram-se, reforçadas, durante a ditadura militar, com o discurso ideológico da preservação da ordem, da moral e do progresso. Aislin (2009) informa que o governo brasileiro permitiu que os americanos realizaram um mapeamento aerofotogramétrico do Brasil, para o Padre este mapeamento não somente permitia conhecer áreas de jazidas de minérios, como permitia a compra e venda de terras, e por isso foi importante manter a alegação de áreas "despovoada" para implantação dos projetos desenvolvimentistas, por alegação do progresso e da segurança nacional, por imposição da ordem.

3.2.2 Das ruínas às comunidades remanescentes de quilombo

O abandono da cidade de Alcântara ocorreu nas regiões mais urbanizadas e, de forma semelhante, nas zonas rurais, sobretudo pelo abandono das fazendas, dos engenhos e das salinas. Esse processo pode ter contribuído para a territorialidade das comunidades quilombolas, mas, corroborando com o pensamento de Wagner Bento de Almeida (2006), destaca-se que a formação de comunidades quilombolas em Alcântara tem particularidades associadas com a temporalidade, apresentando

uma heterogeneidade, e condicionadas pelas forças políticas e econômicas empregadas de forma repressora da força de trabalho escravo e pelos conflitos em torno do uso e apropriação de terra.

Segundo Almeida (2006), nem mesmo no período da implantação dos projetos de colonização houve empreendimentos que provocassem mudanças na decadência de Alcântara e os episódios de desapropriação de terra eram estanques, e como já foi mencionado anteriormente, as comunidades quilombolas foram desenvolvendo uma certa autonomia e criando estratégias de organização social dentro de suas particularidades.

"Estão os paredões mesmo lá. Quando os brancos foram embora deixaram os paredões. Não puderam levar. Eu acho que outra coisa não tem mais e os pretos velhos ficaram trabalhando pelas terras, espalhados pelos matos" (ALMEIDA, 2006, p. 60). Nesta narrativa, extraído do texto de Wagner Berno de Almeida (2006), expõem que no processo de abandono das fazendas e engenhos, foi também parte constituinte das comunidades quilombolas, em “os pretos velhos ficaram trabalhando pelas terras, espalhados pelos matos”, observamos a fatores que podem ter contribuído para a constituição de práticas de trabalho para sobrevivência, construções de laços familiares e culturais que em tempos de trabalho escravo não lhes eram assegurados.

> Em outras palavras, pode-se asseverar que um dos componentes da gênese do processo social de construção da identidade quilombola em Alcântara estaria nas ruínas das casas-grandes e dos engenhos. Essas ruínas das benfeitorias das fazendas, bem como as terras e o próprio nome das famílias dos antigos senhores ou da "aristocracia rural", como define Lopes (1957:18), ou ainda da "aristocracia alcantarense" , como classificaria Viveiros (1975:109), permanecem hoje sob controle absoluto de descendentes de famílias de escravos. Araújo, Araújo Cerveira, Sá, Ribeiro, Cerveira, Coelho, Viegas, Morais, Ferreira, Diniz, Serejo e Silva, antes de designarem a nobreza e os sesmeiros, tal como consagrados na documentação do período colonial, designam hoje as famílias dos povoados de descendentes de escravos que se consolidaram com a derrocada econômica e a desagregação dos diferentes estabelecimentos rurais. (ALMEIDA, 2006, p.60)

Ainda de acordo com Almeida (2006), o período de declínio econômico das elites de Alcântara pode ser reconhecido como marco definitivo da autonomia dos seus povoados. Contudo, o autor explica que a saída dos “brancos” do território de Alcântara não significou a extinção do monopólio aristocrático, ao contrário, permaneceu o monopólio de elites locais, fator que dificulta o reconhecimento das comunidades quilombolas. Isso porque, os diversos críticos regionais que, desde as

primeiras décadas do século apontavam à derrocada da cidade, por meio da análise de fragmentos das ruínas dos casarões, das igrejas, das fazendas e engenhos, não demonstram ou retratam os indivíduos que se mantiveram no entornos das ruínas.

> Reconhecendo, implicitamente, que a "aristocracia rural" se foi das fazendas, os comentadores resultam por *desumanizar as ruínas, como se pessoa alguma ali tivesse ficado.* Redundante dizer que o fundamento dessa interpretação reproduz o princípio de que o escravo considerado como "coisa" deve, como tal, estar sob o domínio de alguém, sem direito a uma existência em separado. *A invisibilidade, urdida nos fundamentos racistas dessa interpretação, nega a possibilidade de existência, seja do indivíduo, seja do grupo; como se aqueles que se autodefinem como pretos* ainda não estivessem no uso de sua liberdade plena, a despeito de ela já estar assegurada em termos jurídico-formais desde o final do século XIX (ALMEIDA, 2006, p.62).

Os quilombos alcantarenses não se estabeleceram nas ruínas, e tampouco utilizaram os materiais que lá restaram para edificação de suas moradias. Conforme analisa Almeida (2006), muitos escravizados e seus descendentes constituíram sua liberdade e autonomia desenvolvendo práticas de subsistências nos territórios denominados de povoados, onde cultivaram as roças para o plantio de mandioca, milho, arroz, feijão entre outros. Foi nesses povoados que se estabeleceram as comunidades quilombolas alcantarenses:

> Os povoados se constituem em terreno próprio, à meia distância das ruínas. Algumas ruínas encontram-se mais próximas das áreas de plantio ou localizadas no caminho que leva às denominadas roças, de que seriam exemplos: Timbu, Esperança, São Maurício e Gerijó. Os moradores dos povoados não aproveitam paredes, muros, pedras ou qualquer fragmento das ruínas para erigirem suas habitações. Aos olhos dos moradores, eles parecem envoltos em estigmas. Evitam construí-las excessivamente próximas das chamadas *taperas de branco* e dos paredões por considerarem as ruínas como um lugar desolado onde seres sobrenaturais se manifestam visivelmente. Através de ruídos estranhos, como o arrastar de correntes, sons de açoites, choro aflitivo de crianças e imagens fantasmagóricas, eles apareceriam nas horas de pouca luz e, principalmente, à noite (ALMEIDA, 2006, p. 82).

Ainda sobre a territorialidade das comunidades dos remanescentes dos quilombos, importante destacar que os territórios quilombolas são representados pela interrelação étnica, na qual a representação geográfica é feita através de uma construção social onde os indivíduos confluem para demarcações de fronteiras físicas, cujo o objetivo não é o isolamento mas a resistência e persistência das mesmas.

Conforme a historiadora Beatriz do Nascimento no documentário *Ôri*, os

quilombos brasileiros seguem a lógica dos quilombos bantus, no sentido de criar estratégias de ocupação e deslocamento ou de migração. Essas estratégias estavam enraizadas nas táticas promovidas pelos grandes guerreiros africanos na luta para garantia da autonomia e da sobrevivência de suas linhagens ou comunidades.

Desta forma, desde o período colonial e escravistas, os quilombos são comunidades de resistências às formas de dominação. Em tempos de período pós-colonialismo, a transmigração da pessoa negra continua, assim como outras formas de aviltamento dos indivíduos que só é possível resistir através de ações coletivas e da tomada de consciência daquele que sofre a violação de direitos. Destarte, os quilombos são esses espaços coletivos, e por isso Nascimento refere que os quilombos precisam ser concebidos para além dos espaços geográficos: "cada indivíduo é um poder, cada indivíduo é um quilombo" (NASCIMENTO, 1989).

Sobre as comunidades quilombolas em Alcântara, entende-se ainda:

> À desintegração progressiva da autoridade dos senhores de escravos e deseus prepostos, corresponde a emergência de uma representação do trabalho, pelos membros das famílias de ex-escravos, desvinculada de qualquer forma de subordinação. Os ex-escravos passam a se constituir em indivíduos que governam a si mesmos, resistindo aos que insistem em subordiná-los. Sua liberdade repousa em sua possibilidade de controlar de maneiras diversas o acesso aos meios de produção, os seus meios de trabalho e o tempo equilibrado entre o trabalho para si e as formas de entretenimento. A identidade quilombola é construída sobre esse equilíbrio, redefinindo a geografia da dominação, articulando tempo e espaço como livres do controle de terceiros (ALMEIDA, 2006, p. 73).

A significação dos elementos das ruínas deixadas pelos senhores dos engenhos e fazendas, foram trazendo significados nas memórias subterrâneas dos quilombolas, ao classificarem simbolicamente os territórios sob aspectos de: "terras de preto", "terra da santa", terra da pobreza. Por terra de pretos, Almeida alude, através das narrativas dos quilombolas entrevistados, que compreendem as terras de certa forma "compradas" por negros alforriados, através dos serviços prestados por anos naquelas terras. Contudo o autor refere que para as comunidades quilombolas a propriedade de terra é imaterial, é social no sentido de transmitir de geração a geração o direito de uso da terra, a partir das normas dos grupos, da partilha e da responsabilidade das gerações futuras dessas continuidades: "a terra é, pois, um legado comum e quem o recebe, assume o compromisso de assim mantê-lo, fazendo com que seja revestido com a categoria de sua própria auto-atribuição"

(ALMEIDA, 2006 p.93). Um destaque a ser feito é o reconhecimento que o território é quilombola é um espaço geográfico e social de usufruto da terra por laços de pertencimento e ancestralidade, que não somente dos negros, mas também de indígenas, ou de quem habitar as terras.

E quando se questiona sobre o direito da terra dos indígenas que eram os primeiros habitantes da aldeia Tapuitapera, em umas narrativas de análise de Almeida (2006), não há separação entre pretos e indígenas no imaginário dos remanescentes de quilombos. Esses elementos aparecem em algumas das narrativas orais coletadas por Almeida em seu estudo, conforme aponta-se no testemunho a seguir:

> Alcântara sempre eu dizia que *era terra dos índios*, aí nós tivemos este conhecimento, diz que tinha sido encontrado documento de que *as terras era dos negros e não foi vendida para ninguém*, só que de lá pra cá os ricos criaram, apareceram donos os ricos. Você não viu aquela luta do Frechal. Defenderam aquela pedra, tava escrito em cima; terra de preto. Os índios e os negros... diga. *E o negro vem da família dos índios, não é isto?*
> ***As terras de Alcântara era de preto e por prova que Alcântara era terra de índio****, quer dizer, não existia dono de terra*, dono de terra cresceu que os ricos foram reconhecendo, achando que eles eram os poderosos, aí foram comprando e os pobres foram entrando na taca (ALMEIDA, 2006, p. 90, grifos nossos).

Desponta-se, nessas narrativas, a percepção de uso da terra como um bem comum para as comunidades quilombolas, e não como um bem privado, principal base de lucro na perspectiva capitalista. Destacamos aqui a expressão "os ricos foram reconhecendo... foram comprando", que evidencia, como ressaltamos durante ao longo deste trabalho, que as terras brasileiras, sobretudo as terras maranhenses foram usurpadas, griladas e invadidas, compradas a baixo preço com legitimação do poder público, a exemplo das Leis de Terra de Sarney. Em Alcântara, até 1980, não havia grandes empreendimentos manifestos pelos governo, mas houve apossamento de terras por algumas famílias latifundiárias, como demonstra outro depoimento registrado por Almeida:

> Não, as terras de Alcântara não pagavam foro na época, de lá pra cá veio criando esses donos e já do meu conhecimento para cá, onde eu tô lhe explicando, já tinha dono só que antes não tinha." (I. 16/04/2002 - ENT. 12).
> *"As terras ficaram aí. Os branco foram embora. Olha, depois de um certo tempo, quando Nojosa chegou aqui, começou a ser dono. Compravam com o Souza e esse pessoal começaram a dividir terra e começaram a cobrar foro.*
> – Mas antes não pagavam?
> – Não tinha antes. Começou a ter depois, aí depois para cá já tinha a velha

> Alena tinha uma parte... Compravam. Era assim. O Otávio comprou do João de Souza, do Isidoro Souza... e foram negociando. Agora de quem Isidoro adquiriu não sei [...] (ALMEIDA, 2006, p. 159).

A narrativa relembra a estrutura fundiária baseada na grilagem, que baseava-se na compra de terras de falsificação de documentos, ou títulos das terras que permitia a compra e venda. Almeida (2006) dispõe ainda em seu laudo como as comunidades organizaram-se para a defesa dessas terras e para que não fossem exploradas de forma devastadora. É importante ainda tratar sobre a questão do reconhecimento das comunidades quilombolas como um direito social e humano, como relatou em 2008 a Presidente da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (Aconeruq), Emília Moreira Santos em uma Audiência Pública na Câmara dos deputados sobre o Estatuto da Igualdade Racial, na qual verbalizou:

> [...] O primeiro passo para tornar o processo de regularização das terras quilombolas mais efetivo seria o reconhecimento, pela sociedade brasileira, de uma dívida histórica com a população negra, que deve ser reparada pela violência sofrida durante séculos [...] (FERREIRA, 2008, p. 204).

O processo de reconhecimento e de identificação formal das comunidades remanescente de quilombos em Alcântara, foi se reiterando a partir da década de 1980. Até então, as populações quilombolas autodefiniam-se como comunidades de trabalhadores rurais, com reconhecimento de eram herdeiros das aquisições e direitos de sucessão dos seus antepassados (ALMEIDA, 2006). Esta definição, enquanto comunidade de trabalhadores rurais é parte das relações sociais de poder, especialmente da ideologia do branqueamento:

> Trata-se de uma eliminação mais que simbólica ou involuntária, refletindo a própria forma como o poder dos grandes estabelecimentos agrícolas, de cunho escravista, foi construído juridicamente no mundo colonial, consagrando um tipo de propriedade e de imóvel rural, como absoluto, que menospreza as outras formas de propriedade culturalmente distintas e vistas como potencialmente subordinadas ou escravas, e que persiste nas disposições jurídicas hodiernas (ALMEIDA, 2006, p.177).

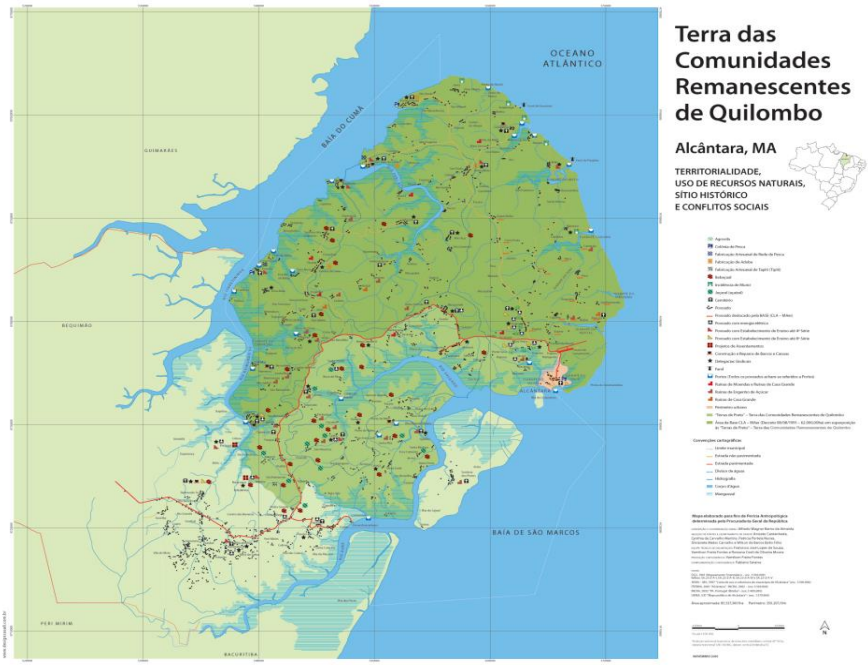
Assim, ainda que a autodefinição de comunidades de trabalhadores rurais fosse recorrente até a década de 1980, o processo coletivo de consciência do reconhecimento enquanto remanescente de quilombos já estava determinado nas características de suas territorialidades, e nas suas relações históricas e culturais.

As próprias narrativas abordadas no laudo antropológico apontam para esse reconhecimento, como expressão que definiam a originalidade daquelas comunidades como “terra de preto”:

> Santa Rita, Curuça, Santa Bárbara, Barreiro, Bonfim e aí vai até Guaíba, já Guaíba é lá na beira do igarapé, já tá quase na costa. Lá já se olha Alcântara. Para cá mais tem acesso para ir daqui lá por terra. E *é só negro toda essa região,* que vai até o São Francisco onde o Leitão diz que é dele, que o Delino mora lá, *toda essa área aí é negro* que mora aqui dentro destes matos aí, pra chegar lá dá uma luta danada, mais chega, duas, três horas de viagem, quatro já dá pra chegar. (...) *e por aí vai tendo só festa de São Benedito que é festa do preto.* " (G.X. 19/04/2002 ENT.16). "Cujupe é uma terra de caboclo, como Oitiua. *Ficam nas extremas com os pretos no meio, e assim vai.*" (G.X. 19/04/2002 - ENT.16, apud ALMEIDA, 2006, p.177, grifos nossos).

Em Alcântara, foram identificados 100 povoados com essa denominação “terra de preto” (ALMEIDA, 2006). Atualmente Alcântara tem 155 comunidades quilombolas identificadas, e de acordo com o laudo antropológico de Almeida (2006), estariam espalhadas demograficamente no município de Alcântara como demonstra o mapa abaixo: as áreas em verde-claro são classificadas como “Terras de Preto-Comunidades remanescente de quilombos”, e em verde-escuro são classificadas como áreas da Base Aérea de Lançamento de Alcântara, em superposição às Terras de Pretos-Terras das Comunidades Remanescente de quilombolas.

Figura 05 – Território das comunidades quilombolas em Alcântara – MA



Fonte: Almeida, 2006.

3.2.3 A implantação da Base de Lançamento em Alcântara - MA: “O Maranhão vai para o espaço”

O projeto desenvolvimentista no período militar baseava-se no discurso da estratégia da segurança nacional, impulsionados pela ordem ideológica estadunidense de combate às invasões comunistas. Dessa forma, as forças armadas primavam por avanços tecnológicos, capacitações técnicas, desenvolvimento e aprimoramento de sistemas de informações e espionagens. O discurso desenvolvimentista adotado pelo governo brasileiro, mesmo antes do período militar, já investia no aprimoramento técnico e qualificação dos oficiais através das Escolas Técnicas do Exército (ETC).

A imposição de uma corrida armamentista no período da Guerra Fria, estabelecida entre os Estados Unidos e a extinta União Soviética, na qual imperava a ideologia sobre o temor do comunismo e a proteção da soberania dos países contra os que os Estados Unidos consideravam aliados do comunismo. A corrida armamentista também invocava o desenvolvimento de tecnologias que pudessem monitorar o território nacional. Contudo, o Brasil precisava alinhar o desenvolvimentismo econômico ao desenvolvimentismo educacional, tendo em vista que no período da ditadura militar o país ainda tinha quase metade da sua população analfabeta e pouco investimento na educação pública, daí a necessidade de criar escolas específicas para os oficiais e buscar apoio dos estrangeiros como a norte-americana.

A institucionalização da política brasileira para o espaço permitiu abertura da participação da sociedade civil para as pesquisas espaciais. Assim, em 1964 foi criado o Grupo de Trabalho e Estudos de Projetos Especiais (GTEPE), órgão subordinado ao Estado Maior da Aeronáutica, o que garantiu a participação de brasileiros em pesquisas internacionais. O primeiro Centro de Lançamento foi construído no estado do Rio Grande do Norte em 1965, na cidade de Parnamirim, este centro foi denominado de Barreira do Inferno, ou Centro de Lançamento Barreira do Inferno (CLBI).

No texto “Barreira contra o “Inferno”: a construção política da memória do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno em Fernando Mendonça”, Poliana Cláudia Martins da Silva Dantas e Cláudio Correia de Oliveira Neto (2016), estes apresentam uma análise do memorial que integra a Divisão de Apoio e

Infraestrutura, Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), o qual demonstra o pensamento gerenciado na época para o "desenvolvimento, a ordem e o progresso". Conforme apresentado no discurso transcrito pelos autores:

> Com tudo isto que foi visto, com o vasto horizonte da nova era que se descortina, perguntamos: Seria justo que o Brasil ficasse à margem na marcha da fronteira? Certamente que as gerações vindouras iriam lamentar a nossa omissão e dificilmente poderíamos alcançar as outras nações devido ao tão celebre progresso da ciência e tecnologia. Mesmo tendo o Brasil problemas de escolas primárias, de transportes, de comunicações, de estrada e dezenas de outros problemas, somos de parecer que deveríamos ter um programa de pesquisas espaciais que, embora modesto, e condizente com a situação econômica do país, permita a nação não perder a oportunidade de viver e participar nesses novos e empolgantes empreendimentos da humanidade" (MENDONÇA,1964, p.29 apud DANTAS e NETO, 2016, p.05).

> "[...] Talvez seja propicio esclarecer que além das instalações de apoio aos lançamentos de foguetes-sonda, estar na fase de planejamento o estabelecimento de um laboratório ou centro de pesquisas que favorecerá a continuidade de trabalhos na "Barreira do Inferno". A existência desse laboratório trará como consequência um grande numero de atividades que influenciarão o desenvolvimento cientifico e tecnológico do Nordeste e induzirão à participação de grupos universitários locais". MENDONÇA,1964.p.18-19 apud DANTAS e NETO, 2016, p.05)

Em 1982 foi criado o Grupo para Implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (GICLA), com objetivo de garantir o gerenciamento das atividades de implantação e ativação do Núcleo do Centro de Lançamento de Alcântara (NUCLA), e ainda para proporcionar apoio logístico e de infraestrutura e garantir a segurança dos trabalhos de implantação do CLA (IPEA, 2018).

Segundo o IPEA (2018), as principais características consideradas favoráveis à instalação de uma base aérea são: baixa densidade populacional da região e às condições climáticas favoráveis no local. Dessa forma,

> O CLA destaca-se entre os centros existentes ao redor do mundo devido à posição geográfica estratégica e privilegiada em que se encontra. Estabelecido somente 2o 18' ao sul da Linha do Equador, o CLA tem, em sua localização, sua principal vantagem para os lançamentos em órbita equatorial, significando maiores facilidades nas operações e consequente redução de custos das atividades espaciais, além de permitir o lançamento seguro de veículos espaciais em uma larga faixa de azimutes (IPEA, 2018, p.19).

Em 1980 por Decreto Lei nº 7.820 em 12 de setembro, o governo do Estado do Maranhão João Castelo Ribeiro Gonçalves, declara doação de 62 mil hectares do

território de Alcântara, como fim de utilidade pública para o centro espacial. Sendo que pelo Decreto estadual de 1980, 62 mil hectares correspondem a quase metade de todo território de Alcântara.

Figura 06 - Propaganda do Centro de Lançamento de Alcântara em 1991

Fonte: https://rainforestjournalismfund.org/php

Este outdoor emblemático apresenta mais um dos discursos ideológicos e estratégicos utilizados pelo sarneismo, no processo de continuidade de seus empreendimentos nas terras consideradas pelo próprio Governador José Sarney, em seu discurso de posse em 1966, “[...] nas terras férteis e seus vales úmidos de seus babaçuais ondulantes e suas fabulosas riquezas e potenciais [...]”. Contudo, como vimos em capítulo anterior, a cidade de Alcântara pouco ou quase nenhum investimento tivera, nem mesmo o território de litoral de considerável extensão na qual não houve nenhum empreendimento que potencializasse as comunidades que viviam da pesca, ou mesmo a implementação do turismo para a exploração desse litoral.

> Os moradores de Manival, por seu turno, vendem peixe e camarão para Rio Grande, cujos moradores vão regularmente a Manival transportando arroz e farinha d'água para a realização das devidas trocas. Manival e Pacatiua são também procurados por moradores de inúmeros povoados, inclusive Rio Grande, como portos para embarcar carvão, madeira, madeira de mangue, frutas, aves e porcos para a capital São Luís. Pescadores de Brito, que praticam a pesca marítima, vendem peixes em povoados como Santa Maria e nas agrovilas de Peru, Marudá e Só Assim. Na pesca de rede, obtêm as taínhas e os bagres, que também são pescados com tarrafas. Com as

> malhadeiras mais grossas, pescam camburés e pescadas, que variam de oito a dez quilos.[...]
> Constatamos ademais que esses povoados que possuem portos e exportamos mais expressivos volumes da produção pesqueira, além de possuírem os maiores contingentes demográficos no município – como Oitiua, São João de Cortes, Prainha, Ponta D'Areia, Cujupe, Manival [...]. (ALMEIDA, 2006, p.167)

Na descrição acima, Almeida (2006) aponta ao modo como as comunidades mais próximas do litoral e das entrâncias de Alcântara realizavam as atividades pesqueiras e exploração do litoral tanto por atividade de subsistência como para a comercialização, demonstrando assim o potencial do litoral de Alcântara. Contudo, as comunidades quilombolas que viviam no litoral foram uma das mais atingidas negativamente com a implantação da base de lançamento de foguetes.

A cidade de Alcântara e suas comunidades e povoados quilombolas e rurais foram surpreendidas do dia para noite pelos grandes empreendimentos que, conforme o discurso utilizado pelas forças governamentais, iriam alavancar o desenvolvimento do Maranhão e da região de Alcântara. Como referimos anteriormente, o projeto da implantação da base de lançamento manifestava interesses políticos e econômicos baseados no princípio da segurança nacional, e ainda os projetos desenvolvimentista para uma lógica de país periférico, ou seja de utilização de mão-de-obra barata e terras em proporções dimensionais de baixo custo para alavancar o empreendimento previsto. Continuando o discurso do ex-governador em sua posse: “dos 150 mil km quadrados cobertos de babaçu e que cada vez mais iremos exportar, valorizar e industriar e mostrar ao Brasil que ao invés de um problema, uma grande solução para todos nós”. Cabe determinar quem são os " nós" a quem Sarney se referia naquele discurso.

Diversas medidas violentas e arbitrárias foram utilizadas pelas autoridades militares para determinar a desapropriação de terras, tal como foi o Decreto Estadual nº 7.820/80, que descrevia em texto: "declara de utilidade pública para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação pelo Ministério da Aeronáutica, de um Centro especial, no município de Alcântara, deste Estado". Corroboramos com Jose de Souza Martins (1989) quando analisa enfaticamente que a expulsão da terra, muitas vezes mascarada como uma decisão legal é sempre um ato violento e compromete a sobrevivência dos camponeses, das comunidades rurais e quilombolas, por que os "priva do que é seu - o seu trabalho, meio e instrumento de sua dignidade e de sua condição de pessoa" (MARTINS, 1989, p.

91).

> Nas áreas que ladeiam a rodovia MA-106, além das areias quartzosas, há florestas secundárias mistas em que os cocais avançam e as palmeiras de babaçu disputam com o encapoeiramento cada faixa de terra. Apicuns, manguezais e campos inundáveis prevalecem nos povoados mais próximos ao mar, juntamente com o cordão arenoso das praias, marcado por muricizais nas bordas. As matas de galeria e as pequenas reservas madeireiras dos povoados têm sido mantidas com dificuldades, mediante regras que disciplinam tratos agrícolas, práticas extrativistas e atividades pecuárias e de pesca. Elas informam a referida divisão de trabalho (ALMEIDA, 2006, p.166).

As comunidades quilombolas têm sua própria divisão do trabalho e entrelaçam-se numa interdependência de práticas comuns, que apontam suas identidades e suas relações com a natureza. O laudo antropológico feito em 2006 por Wagner de Bento Almeida, a pedido da Procuradoria Geral da União vinte e dois anos depois da desapropriação das famílias, registra aquilo que o alto comando militar e o poder público local inviabilizaram, relembrando aquela frase emblemática usado na propaganda da Vale: *"...a capacidade humana de ver onde nada havia para ser visto…* E não foram vistos, mas de forma compulsória remanejados dos seus territórios.

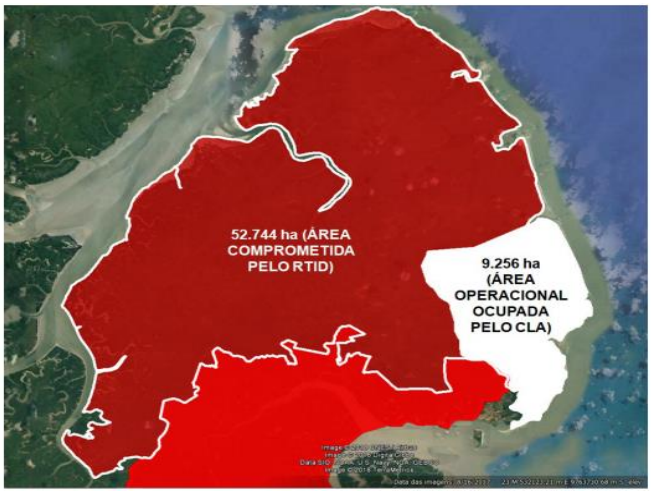
Para fins de instalação da base espacial foram remanejados compulsoriamente 312 famílias quilombolas, que afetando 23 povoados localizados principalmente no litoral do município. Essas famílias foram realocadas em agrovilas, termo determinado também por ordem dos governos militares. As comunidades quilombolas que foram remanejadas compulsoriamente foram: Cajueiro, Curuaçá, Pepital, Barro Alto, Espera, Laje, Camarajó de Cima, Camarajó de Baixo, PAcoval, Mamuna I, São Francisco, Barbosa, Ponta Seca, Só Assim, Boa Vista, Norcasa, Cavém, FArol da Pirajuba, Brito, Itapera, Peru, Santa Cruz, JAbaquara, Pedro Marinho, Titica, Folhau, Uru-MIrim, Uru-Grande, Mato Grosso, Santa Rosa, Bom Viver, Pirarema, Rio Verde, Vista alegre, Janipaúba, Marudá, São Raimundo, Centro Alegre, Canelatitua, Baracatatitua, Arapiranga, Caiauau, Retiro e Petitua.

> [...] em setembro de 1980, o governo do Maranhão procedeu à desapropriação por utilidade pública de 52.000 hectares, através do Decreto nº 7.320, objetivando a implantação de uma base de lançamento de foguetes no município de Alcântara . A medida abrangeu quase 46% da superfície municipal, atingindo mais de 2.000 famílias distribuídas por mais de uma centena daqueles povoados já referidos. A partir daí, num

> curtíssimo período de tempo, foram intensificadas as formas de intervenção governamental na área e aceleradas as ações fundiárias, sem quaisquer estudos prévios relativos às particularidades da estrutura agrária ou à identificação étnica das famílias atingidas (ALMEIDA, 2006, p.74).

A Figura 07 a seguir mostra a área atual em branco do território já ocupado pelo CLA, em vermelho as delimitações realizadas pelos movimentos em defesa das comunidades quilombolas, que para o governo estão comprometendo a expansão e desenvolvimento da base espacial.

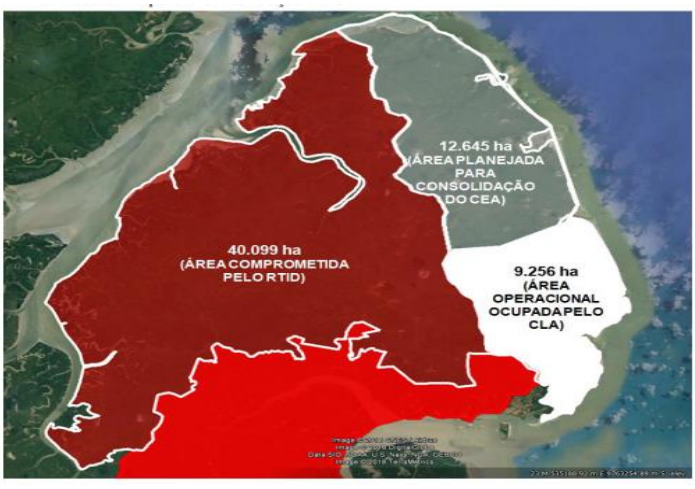
Figura 07 – Área delimitada pelo RTID versus área operacional ocupada pelo CLA



Fonte: IPEA, 2018

Por sua vez, a Figura 08 demonstra as expectativas de expansão do território da base, em cinza.

Figura 08 – área necessária para a consolidação do CEA



Fonte: IPEA, 2018

Segundo o IPEA (2018) desde a implantação em 1980, já havia o planejamento de expansão da área territorial da base aérea, e que esta foi planejada para ser desenvolvida em quatro etapas, sendo até agora implementada apenas uma delas.

A primeira etapa começou em 1983, quando as famílias quilombolas foram impactadas pela remoção compulsória para as agrovilas, localizadas em espaços distantes das suas roças e locais de pesca. Segundo o IPEA (2018), as agrovilas tinham a seguinte infraestrutura: “lavanderia (com poço tubular e cisterna para 30 mil litros), casa de farinha, casa de festa, campo de futebol, escola, posto assistencial, posto de saúde, igreja e cemitério, além das casas de alvenaria com 72 m² construídas em lotes de 1.000 m²” (BRAGA, 2011, apud IPEA, 2018, p.38).

As agrovilas seguiram um padrão já utilizado nas estratégias de colonização da amazônica. Contudo, a questão a se considerar nesse momento é a particularidade dos territórios quilombolas, nos quais o que prevalece são as marcas social e culturalmente estabelecidas pelos grupos étnicos. Dessa forma, as agrovilas reproduzem padrões de organização social e cultural, baseadas numa concepção da terra como propriedade individualizada e transferível e portanto, diferentes daquelas adotadas pelas comunidades quilombolas: a divisão dos lotes nas agrovilas menospreza a persistência histórica das organizações sociais nas chamadas “terras de preto”, fundamentadas num sistema de uso comum dos recursos, no princípio da indivisibilidade das terras, em relações de reciprocidade e de parentesco (ALMEIDA, 2006, p. 54). Assim, muito rapidamente, as sete agrovilas, denominadas Marudá, Ponta Seco, Só Assim, Cajueiro, Espera, Peru e Pepital, apresentaram os impactos dos deslocamentos compulsórios: no plano da economia familiar, por exemplo, os lotes delimitados para as famílias deslocadas apresentaram rápido esgotamento dos solos, reduzindo drasticamente o cultivo de seus principais produtos, como a farinha, o arroz e a mandioca.

> A área decretada, ao separar o que sustenta a unidade dos diferentes elementos identitários e ao contrapor-se à lógica do processo produtivo, quebra com os povoados, enquanto organização social apoiada em relações de reciprocidade, e com suas hierarquias, enquanto territórios de parentesco, terminando por instituir outros critérios de autoridade local e por colidir com os princípios formadores do território étnico (ALMEIDA, 2006, p.54).

A determinação da remoção compulsória das famílias trouxe sem dúvidas conflitos mobilizando organizações defensoras dos direitos sociais e humanos, a exemplo da Comissão da Pastoral da Terra, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara e Ministério Público. Uma das primeiras moções feitas foi pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais em 1983, que redigiram uma carta de reivindicações na qual as famílias reivindicavam: “terra boa e suficiente, acesso à praia, permanecerem juntas, água suficiente, lugar para pasto de animais, não dependência de agrovilas, casa própria, títulos definitivos de terra” (ALMEIDA, 2006, p. 53).

Esta carta foi intitulada pelas comunidades quilombolas como “Acordo”. O documento foi registrado no Cartório do 1º Ofício de Alcântara em 28 de julho de 1983. Mas, segundo constatado nos depoimentos apresentados por Almeida (2006), esse acordo não foi cumprido, aumentando as tensões e os conflitos.

> A região se tornou, a partir daí, uma zona crítica de tensão social e conflito, constituindo-se em objeto de ação da Coordenadoria de Conflitos Agrários do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Mirad-Incra, em março de 1985, quando as famílias afetadas pela base bloquearam a rodovia que dá acesso ao CLA, impedindo o acesso de ministros de Estado – do Estado Maior das Forças Armadas, EMFA, da Aeronáutica e do Mirad – que visitavam a área. Em outubro de 1985, a referida Coordenadoria realizou um primeiro levantamento, focalizando uma caracterização sociológica, em que chamava a atenção para as chamadas terras de preto, para a modalidade de uso comum dos recursos e para os problemas agrários da região (ALMEIDA, 2006, p. 54).

Almeida (2006, p. 54) apresenta uma cronologia do desrespeito aos direitos daquelas comunidades, sendo que:

> Em 18 de abril de 1986, o Decreto nº 72.571, da Presidência da República, reduziu o módulo rural de Alcântara de 35 para 15 hectares apenas na área relativa à base, permanecendo o restante do município com a fração mínima de parcelamento já instituída. Em 1987, foram compulsoriamente deslocadas de 23 povoados centenários 312 famílias, e agrupadas em sete agrovilas, agravando a crise com indenizações não pagas após dez anos, direitos de posse desrespeitados e criação de agrovilas com lotes para cultivo de dimensão inferior aos critérios técnicos definidores dos módulos rurais para a região. Quase onze anos depois do primeiro decreto, em 08 de agosto de 1991, um novo decreto da Presidência da República ampliou a área da base, passando-a para 62.000 hectares (ALMEIDA, 2006, p. 54).

As violações de direitos foram se intensificando mesmo após o fim da ditadura militar, visto que o momento de redemocratização na década de 1980 manteve

reflexos nos governos seguintes sob a perspectiva de uma ordem política e econômica neoliberal, dando continuidade às desapropriações arbitrárias e estabelecimentos e ampliações dos empreendimentos desenvolvimentistas.

> Num breve retrospecto dessas ações fundiárias oficiais da última década, pode-se adiantar que quase 66% do município de Alcântara foram alcançados por elas. Além da ação desapropriatória por utilidade pública, de 1991, compreendendo 62.000 hectares, registram-se duas ações de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária: a primeira, decretada em 10 de junho de 1996, incidindo sobre o imóvel denominado Portugal e abrangendo 2.025 hectares; e a outra, decretada em 20 de janeiro de 1994, compreendendo os imóveis denominados Bituba, Chapada, São Francisco, Santa Maria e Perimirim, com área de 4.111,6080 hectares. O Incra procedeu a levantamentos numa terceira área correspondente ao que denomina de Gleba Santo Inácio, com 1.534 hectares, mas o processo deixou de tramitar e teria sido arquivado (ALMEIDA, 2006, p.57).

A transferência das famílias para agrovilas, portanto significou a desconstrução dos territórios étnicos, uma vez que juntaram várias comunidades em agrovilas diferentes, desvantagem em relação ao acesso à praia, aos portos, às roças, e a inadequação das terras para o cultivo. O deslocamento das famílias até a praia, para realização da pescaria, só é permitido através da autorização e monitoração do CLA, com identificação com crachás para quem exerce a atividade de pesca (ALMEIDA, 2006).

4 ADENTRANDO O ESPAÇO DA MEMÓRIA SUBTERRÂNEA: DIREITOS ESQUECIDOS NO TEMPO E AMEAÇA DE NOVAS VIOLAÇÕES

Neste capítulo, trazemos algumas narrativas dos familiares e moradores das comunidades quilombolas de Alcântara, com destaque às memórias acerca do deslocamento compulsório e quais foram as estratégias utilizadas pelo governo militar para a acomodação das famílias através da reafirmação do discurso do desenvolvimento e do progresso, e ainda apresentar quais foram as resistências. As narrativas foram extraídas do Laudo antropológico de Wagner Bento de Almeida e da Revista *National Geografic*. As narrativas coletadas são elementos de fundamental importância para a compreensão de memórias subterrâneas, nos termos de Michel Pollak (1989). Corroboramos com Pollak ao afirmar que mesmo as memórias silenciadas processam atos de subversão, e quando rompem o silêncio, expõem sentimentos contrários aos discursos oficiais, e se tornam reivindicações e irrompem a invisibilidade aos quais são submetidos.

> Essa memória "proibida" e, portanto, "clandestina" ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica. Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades (POLLAK, 1989, p.04).

Acredita-se que revisitar a memórias subterrâneas não é causar vitimismo, mas a partir das denúncias dos atos que violaram os direitos podem ser [...] “possível tecer um recorte com o escopo de colaborar para a elaboração de uma política de memória (nos moldes epistêmicos e políticos criados para este fim)[...]” (BREPOHL *et al*, 2018, p. 323). As memórias oficiais consagram os opressores, e se naturalizam como “heróis”, e suas marcas memoriais ficam não somente no discurso, mas também nos monumentos, obras como por exemplo: “Ponte Governador José Sarney”, em São Luís – MA[1].

[1] “A Ponte de São Francisco foi inaugurada em 1969 pelo então Governador José Sarney para melhorar a expansão da cidade. O nome oficial da ponte é Ponte Governador José Sarney, e liga o Centro Histórico de São Luís ao bairro de São Francisco” (IBGE, 2022). Tratamos sobre a construção da Ponte Governador José Sarney, no capítulo 2, denominada à época de Ponte da Esperança e que, para sua construção, várias famílias que viviam da pesca no Bairro São Francisco foram removidas do seu local de moradia e trabalho.

Brepohl *et. al*. (2018) faz referência ao fato de que as memórias subterrâneas apesar de reprimida, continuam em constante movimento e elaboração, assim aconteceu e aconteceu com as comunidades quilombolas. Nos dizeres de Beatriz Nascimento

> Não chega a ser exagero afirmar que entre 1888 a 1970, com raras exceções, o negro brasileiro não pôde expressar-se por sua voz na luta pelo reconhecimento de sua participação social. Soa interessante que tal expressão venha a acontecer num momento em que o país estava sufocado sob uma forte repressão ao livre pensamento e à liberdade da reunião. Este era o momento dos anos 70.
> Talvez por ser um grupo extremamente submetido e que não oferecia um imediato perigo ás chamadas instituições vigentes, os negros puderam inaugurar um movimento social baseado na verbalização ou discurso veiculado a necessidade de autoafirmação e recuperação da identidade cultural (NASCIMENTO,1985, p.47).

O processo de invisibilidade dos grupos minoritários, também permite que as instituições vigentes desconhecem as suas formas de organizações políticas e o potencial das mesmas, talvez por considerar que a submissão das mesmas as torna impotentes nas suas capacidades intelectuais e políticas. E este foi um dos desafios que a implantação da base aérea de Alcântara encontrou, pois assim que as primeiras remoções, os movimentos sociais e as comunidades se mobilizaram para evitar as desapropriações.

Inicialmente, relembramos aqui que em 1983 as famílias quilombolas afetadas pela instalação da base aérea de Alcântara firmaram um Acordo com o Ministério da Aeronáutica. Este acordo apontava alguns direitos que precisavam ser garantidos, dentre os quais, destacavam-se três pontos fundamentais:

> Para nossa sobrevivência queremos": 1º como lavradores que somos, terra boa e suficiente para trabalhar fora da aérea do decreto de desapropriação; 2º praia, pois a grande maioria de nós tira também da pesca sustento para sua família; 3º ficar juntos por causa dos laços de parentesco e amizade que nos uniam em nossos povoados; 4º Água que nunca falte agora onde nós estamos; 5º Lugar para pastos para animais; 6º Título definitivo destas terras uma vez aprovado por nós o novo local (BRAGA, 2011, p.107).

As determinações que as comunidades reivindicavam neste acordo não foram cumpridos, como foi detectado pelo Laudo antropológico e em outros documentos que trouxeram as narrativas dos moradores as comunidades que denunciam o cerceamento do direito à sobrevivência: como acesso à terra e a preservação dos laços de pertencimentos. Dentre os testemunhos coletados por Almeida (2006),

destacamos uma das narrativas relativas às diferentes relações sociais instauradas nas comunidades quilombolas:

> Se nós somos do quilombo, como se diz, da terra de negro, descendente de escravo, descendente de índio, se a Fazenda Esperança e Itapuaua, Santana dos Caboclos, Perizinho tudo, nós somos tudo assim como se diz como os dedos da mão. Então nós temos a Flórida, a Forquilha tudo são só uma coisa, agora, com sua separação, com seus lugares. Inclusive Santana de Caboclo está dentro da Esperança, Esperança está dentro de Itapuaua na praia viu? Perizinho tá dentro de Santana, Flórida está dentro de Santana, que é a terra do santo. E Forquilha dentro também. E Peroba está bem emendado. Como é que se pode fazer uma separação de um com o outro? Acho que não (J. A.- Itapuaua Apud ALMEIDA, 2006, p. 6*4).*

Este depoimento apresenta o entendimento de entrevistado(a) sobre a valoração das relações que se constituem no quilombo. Os laços de pertencimento estão presentes na forma identitária de cada grupo, os quais, de acordo com Schmitt, Turatti e Carvalho (2002) são vitais, tendo em vista que formam uma condição "presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos, [...] utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico" (SCHMITT, TURATTI, CARVALHO, 2022, p. 04).

Dito dessa maneira, a violação desse direito se efetivou principalmente pela retirada das famílias dos seus territórios, em relação à terra e a forma como era utilizada para o plantio e cultivo, o impacto foi muito mais violento pelo distanciamento do mar, pela limitação das terras para o plantio nas agrovilas. Assim, alguns testemunhos relatam o impacto nas relações socioeconômicas e nos mundos do trabalho, com destaque ao rápido esgotamento dos solos nas agrovilas:

> Eles fizeram umas casa bonita e deu pras família que ficou, porque muitos foram embora, procuraram seu roteiro, mas não é o conforto que eles tinham, prejudicou muito? Prejudicou. [...] Não tem terra suficiente para eles prantar a mandioca, fazer a macaxeira, o arroz e o feijão e o milho, nós de quilombo tinha tudo à vontade de prantar pra comer, mas hoje estão não tem. Minha filha, mas casa não se come (ENTREVISTADA, apud SOUSA, 2006, online).

> Ter que comprar peixe! [...] esta é a situação de quem trabalha na roça. Estamos fazendo o que é melhor para nós. Aqui só tem trabalho de boca [...] Tenho três filhos, mas eles foram embora, foram para Camboa, lá em São Luís. Tava difícil botar comida na mesa, ficamos aqui só eu e a mulher [...]. (ENTREVISTADO, apud ARAUJO, 2011, p.131).

Uma das consequências da remoção compulsória foi a migração das

agrovilas para outros territórios, como a sede da cidade de Alcântara e para a capital, São Luís, que apresenta um significativo número de famílias oriundas de Alcântara em bairros considerados periféricos, como Camboa, Fé em Deus e Liberdade.

Quanto à migração para a sede de Alcântara, Pflueger (2011) informa que trouxe um crescimento desordenado no entorno da cidade. As ocupações estão localizadas em uma avenida denominada Anel do Contorno, criada para facilitar o transporte de materiais pesados para a Base. As ocupações alteraram as áreas de interesse ambiental e patrimônio arqueológico. Manifesta-se o crescimento da pobreza da cidade e consequentemente a violação de direitos como habitação, saneamento básico, dentre outros.

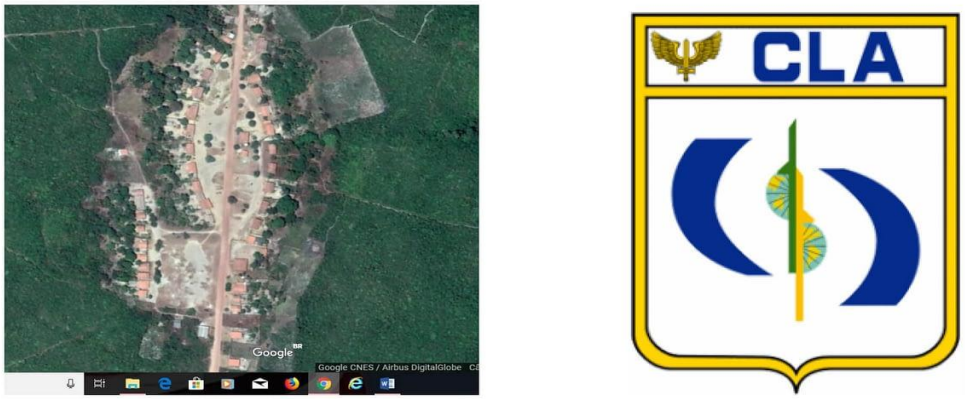
> Na agrovila não. Nelas, não há a enorme extensão de florestas de coco babaçu, típicas da região. Não há o mar e o mangue, não há os braços de água doce, os igarapés. Não há muito espaço e nem sequer a liberdade de morar perto de um parente ou amigo. As casas foram ocupadas através de sorteio e os filhos dos realocados que fossem constituir suas próprias famílias e quisessem construir novas casas nas cercanias dos pais, como era de costume nas comunidades antigas, não podiam. Estava terminantemente proibido (NATIONAL GEOGRAFHIC, 2021, s.p).

Um dos depoimentos transcritos pela Revista *National Geographic* relata que houveram casas construídas por algumas famílias, mas que foram derrubadas pelos militares, de forma a impor o padrão estabelecido pelos oficiais. Assim, também chama atenção o desenho arquitetônico utilizado nas agrovilas, que representam o símbolo oficial da aeronáutica. De acordo com Antônio César Costa Choairy, as agrovilas “têm configuração arquitetônica similar aos símbolos militares” (CHOAIRY, 2019, s.p), o que pode ser facilmente percebido, conforme demonstra a Figura 09:

Figura 09 – Imagens da Agrovila de Marudá com o formato arquitetônico do símbolo da Força Aérea Brasileira

Esquerda: a Agrovila Marudá, direita: Gládio alado, símbolo da Força Aérea Brasileira.
Fonte: Choairy, 2019.

Figura 10 – Imagens da Agrovila de Só Assim em Alcântara com formato arquitetônico com o símbolo do CLA



Esquerda: Imagem aérea da Agrovila Só Assim, em Alcântara. Direita: Logomarca do CLA
Fonte: Choairy, 2019.

Assim, fica notória o processo de invisibilização das comunidades, destituindo as suas originalidades e impondo padrões dos novos colonizadores. Estratégia mais que perversa do neocolonialismo, da necropolítica, o aprisionamento do ser, apagamento da identidade, do não reconhecimento do ser como pessoa, é o racismo institucional que vai se objetivando, através das práticas militaristas na época da ditadura e mesmo após a redemocratização. Não à toa os corpos negros são os mais perseguidos e aprisionados, “diante de barreiras interpostas na vivência dos grupos e indivíduos aprisionados pelos esquemas de subordinação deste último” (WERNECK, 2016, p.18).

A mudança para agrovila viola o entendimento de território também no que diz respeito aos impactos na sua religiosidade e nas manifestações populares. Segundo relatos e conhecimento empírico, as moradias nos territórios quilombola possuíam espaços construídos para manter o culto às suas ancestralidades, festas culturais e religiosas. Em consequência das construções das agrovilas e dos deslocamentos compulsórios esses espaços foram substancialmente minorados e suprimidos, ou até mesmo proibidos de serem usados, como os cemitérios:

> No que tange aos cemitérios, como recinto sagrado que transcende às diferenças de confissões religiosas, em que não apenas se enterram os mortos, mas onde são guardados os elementos da descrição genealógica e

> renovada a memória em rituais que congregam os descendentes e afins [...]. Nem sempre enterram os mortos no cemitério geograficamente mais próximo. Depende da "escolha" feita pelas famílias. E tal seleção parece levar em conta, pelo menos nas situações verificadas, fatores de história pessoal e de parentesco mais exatamente alusivos aos antepassados (ALMEIDA, 2006, p. 171).

O acesso aos antigos cemitérios, onde seus entes estavam enterrados, tem sido uma reivindicação constante das famílias nas comunidades quilombolas. Além disso, os principais cemitérios nas agrovilas Peru e Maraduá estão interditados pelo CLA (ALMEIDA, 2006). Neste sentido, diversos testemunhos coletados na documentação apontam aos valores simbólicos atribuídos aos cemitérios, sobretudo na relação com o processo de construção social da ancestralidade:

> Quando foram removidos, houve quem quis tirar os restos mortais de seus entes de lá. Mas esse não era o desejo de alguns dos mortos. “Ele aqui não trouxe a mãe dele”[...].
> Ela queria ser enterrada lá e que deixassem lá”, conta Maurício Silva, intervindo na conversa só quando chamado pela mulher, “né, Maurício?”. Maurício lembra que a mãe morreu dias antes da mudança para a agrovila. “Ela já tinha problema de saúde, mas, desde que foi chegando aqueles aviões, aquela revolução, ela foi ficando nervosa”, lamenta, contando que os idosos eram os que mais sofriam com a ideia de mudar-se. (ENTREVISTADOS apud REVISTA NATIONAL GEOGRAFIC, on-line)
> (...) nem área para fazer cemitério deram para nós. Fizeram o cemitério dentro de minha gleba... eles enterraram o primeiro que morreu dentro da minha gleba, hoje uma parte da gleba está ocupada pelo cemitério porque todo mês morre um para enterrar lá... Tomaram da gente o cemitério velho e meu pai, minha mãe, meus avós estão enterrados lá e se for possível eu quero ser enterrada lá onde meu pai foi enterrado." (XX[2] de Marudá, apud ALMEIDA, 2006, p.171)

Observa-se que mesmo diante das estratégias de apagamento, que se constitui uma violência institucional, as revisitação das lembranças através das narrativas impedem esse apagamento, de forma que:

> Revisitar as experiências de poderes públicos criminosos do ponto de vista historiográfico é uma tarefa de extremo valor epistêmico e político, pois assim como em outros países em que a violência atingiu níveis genocidários, *pratica-se não apenas a eliminação ou repressão extrema, como por exemplo, a tortura, mas também o desejo de apagamento de tal passado.* Por outro lado, mata-se o futuro de determinados grupos restringindo-se direitos e liberdades, bem como relegando ao gueto seus direitos, suas práticas, seus sentimentos, seus interesses e suas opiniões (BEPROHLL et al, 2018, p. 328).

A reconstrução da memória implica a fuga do apagamento de uma história,

[2] O XX está sendo utilizado para substituir o nome do(a) entrevistado(a).

em um movimento que permite também denunciar as violações de direito ocorridas. Dessa forma, percebe-se a importância da contação de histórias como espaço de formulação da memória, pois entende-se "a fala como antídoto do esquecimento. É preciso contar a história para que ela siga sendo contada" (LIMA; PASSOS; PACHECO, 2021). A palavra falada assume uma dimensão fundamental nos processos de atualização e reelaboração do passado por meio da memória individual e coletiva, remetendo, como no caso dos testemunhos dos quilombolas de Alcântara, aos impactos sociais, culturais, econômicos e políticos ocasionados pela construção da Base de Lançamento.

Seguimos então com as narrativas que evidenciam as estratégias utilizadas para acomodação das comunidades. Destacamos a narrativa sobre a “cavalaria espacial”, que eram jovens preparados como oficiais para compor a cavalaria responsável por desbravar as matas mais fechadas e terrenos alagados que compreendiam o território de instalação da base aérea, locais de difícil acesso que os veículos não conseguiam adentrar.

> Eu lembro de quando a cavalaria ia fazer mobilização, esses recrutas iam de cavalo levar recado”, conta Inácio Diniz, agrônomo e integrante do Mabe. Inácio, um adulto franzino de mãos pequenas, foi removido da antiga comunidade Marudá, com seus pais e irmãos, quando tinha sete anos, em 1986. Eu achava legal ver os cavalos. Ficava curioso (NATIONAL GEOGRAFIC, s.p).

Segundo as informações prestadas pela Revista *National Geografic*, a Aeronáutica recrutou vários jovens das comunidades quilombolas, oferecendo-lhes cursos técnicos e aperfeiçoamento na Cidade de São Paulo, e ao retornarem as comunidades de origem eles teriam como missão os remanejamentos das famílias quilombolas para as agrovilas.

> O opressor com o oprimido iguais, achando que são iguais, reflete ele, acentuando a palavra achando.[...] O major Ildefonso, padre capelão, “negro, preto, preto, retinto”, lembra Borges, era um paulista bonito e alto, dono de uma voz macia como a do cantor Emílio Santiago. Era ele quem acompanhava o grupo, que tinha assistentes sociais negras, a maioria maranhenses, “que, chegando na comunidade, falavam o mesmo linguajar”, diz Borges. “Nhora, pra cá, nhora pra ali”, remenda, fazendo referência ao vocabulário local.
> E, além delas, “tínhamos nós, os soldados filhos de Alcântara”(SÉRVULO BORGES, apud REVISTA NATIONAL GEOGRAFIC, on-line).

Os filhos de Alcântara eram, portanto, esses recrutas, que segundo o

depoente, foram recrutados sem saber qual seria a missão e tampouco que seriam militares.

> Os ‘filhos de Alcântara’ foram 30 jovens selecionados pela aeronáutica para fazer um curso em São Paulo e trabalhar na futura base. “Eu, Sérvulo Borges, eu não sabia que eu ia ser militar. Eu tava indo para fazer um curso, mas nunca me disseram, ‘tu vai ser soldado. (SÉRVULO BORGES, apud NATIONAL GEOGRAFIC, s.p).

Sérvulo Borges, ao ser entrevistado pela *National Geographic*, narra que ao retornarem da formação em São Paulo foram prontamente incluídos nas equipes de remoção de suas próprias famílias, que muitos seguiram a carreira militar e já estão aposentados pela Aeronáutica. Sérvulo Borges infere que até hoje não sabe se a maioria conseguiu elaborar uma consciência crítica do processo pelo qual passaram.

> Qual pai vai dizer que esse projeto é ruim?, questiona Borges. Os 30 ‘filhos de Alcântara’ removeram os quilombolas. Alguns seguiram a carreira militar e hoje estão aposentados pela aeronáutica, outros saíram na mesma época que Borges, oito anos depois do curso em São Paulo, e foram se dedicar a outras profissões. Se algum deles têm críticas à maneira como as coisas aconteceram, não é fácil saber. “Esse pessoal tem medo de se posicionar”, avisa Borges, “tem uns que nem conversam comigo” (SÉRVULO BORGES, apud NATIONAL GEOGRAFIC, s.p).

Podemos perceber a estratégia ideológica de submissão, do silenciamento através do discurso de “tornar iguais os desiguais”, da “meritocracia”, que suborna as ações coletivas para a construção de consciência crítica e coletiva. Não à toa as agrovilas foram pensadas em padrões capitalistas, individualizadas, na qual se dificulta ações coletivas.

> Muita gente padeceu de saudade. “Hoje eu entendo aquele olhar”, diz Borges, fazendo referência à senhora que ele conduziu pelo braço para fora de sua própria casa no período das remoções. “Toda vez que eu conto essa história eu desabo...”, diz ele, com a voz embargada. “Ela era negrinha, cabelo branquinho”. Foi uma maldade que fizeram, e as sequelas estão todas aí (SÉRVULO BORGES apud NATIONAL GEOGRAFIC, s.p).

Retomemos a frase do outdoor “O Maranhão vai para o espaço...”, mas não decolou! E assim foi com todos os megaprojetos do desenvolvimentismo militar, que não trouxeram progresso para a população maranhense, em especial para a população alcantarense. As lutas iniciadas durante a implantação da base aérea impediram que as três outras etapas de expansão fossem concluídas e mais comunidades fossem atingidas pela desapropriação.

As lutas das comunidades pela garantia dos seus direitos repercutiram em várias ações movidas pelo Ministério Público Federal no Maranhão e pelas próprias comunidades quilombolas contra a União, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e a Fundação Cultural Palmares. Uma das vitórias dessa luta foi o reconhecimento das comunidades rurais de Alcântara como comunidades quilombolas, pois até a década de 1990 ainda não eram assim reconhecidas. Contudo, essa luta ainda continua, pois nem todo território foi decretado como área quilombola pela Fundação Palmares, sendo essa uma das ações movidas pelo Ministério Público Federal.

As ameaças são constantes diante da ampliação das outras etapas. No ano de 2000, por exemplo, o governo brasileiro e o governo estadunidense assinaram o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas para o uso do CLA, o qual garante aos Estados Unidos a exploração da base espacial de Alcântara, implicando também em proteção às ações desenvolvidas pelos EUA. A realização deste acordo suscitou diversas críticas e debates, especialmente quanto à proteção das comunidades quilombolas da região.

Em agosto de 2001 representantes das Comunidades do Território Étnico de Alcântara e diversas entidades apresentaram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) uma petição contra o Estado brasileiro sobre a violação dos direitos quilombolas de Alcântara. Mesmo com essa petição, as ameaças mantiveram-se. Pfluger (2011) apresenta três tipos de ameaças que as comunidades sofrem:

> 1. Ameaçadas de deslocamento: comunidades que estão na iminência de ser obrigadas a deixar suas terras. Elas sofrerão deslocamento forçado para áreas que pertencem a outras comunidades; 2. Ameaçadas de desestruturação: comunidades que estão na iminência de receber em suas áreas centenas de famílias provenientes das “comunidades ameaçadas de deslocamento”. Isso iria gerar a desestruturação da cultura, da produção, dos recursos naturais e do modo de viver destas comunidades; 3. Deslocadas: comunidades que foram forçadas a deixar suas terras e foram deslocadas para “agrovilas” no período inicial de implementação do Centro de Lançamento de Alcântara. Estudos da Confederação de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) mostram que a instalação da Base Espacial aumentou os casos de prostituição de gravidez na adolescência nas comunidades (PFLUGER, 2011, p. 120).

As ameaças de novas remoções são sempre eminentemente, com a perspectiva de ampliação da Base de Lançamento. O progresso propagado nos discursos oficiais, para as classes mais pobres no que se refere não chegou,

contudo há sempre investimentos para manutenção da base e segundo os dados coletados já foram gastos bilhões de dólares na instalação e no lançamento dos projéteis.

Após o fim da ditadura militar, os governos democráticos continuaram a impulsionar o desenvolvimento do CLA. A ameaça mais iminente às comunidades quilombolas na região ocorreu em abril de 2019, no Governo Jair Bolsonaro, que retomou a assinatura do Termo de Salvaguardas com os Estados Unidos, considerando principalmente a remoção de mais famílias para a ampliação do CLA, mesmo em período de restrições sanitária devido à pandemia de COVID-19. Essas remoções ignoraram a Lei 169 da Convenção Internacional do Trabalho que predispõem a consulta pública sobre as determinações nos territórios quilombolas.

Os processos de remoção se baseiam nas mesmas estratégias, como propaganda, cooptação dos movimentos sociais para sensibilizar as famílias para serem favoráveis ao deslocamento. As mesmas estratégias utilizadas pelos governos militares: mudam-se os atores em cenas, mas as práticas ainda são baseadas nas estratégias militaristas, mantém-se a invisibilidade das minorias, desconsiderando sua historicidade e identidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos históricos que marcaram a formação social e política da sociedade brasileira apresentam particularidades que somente podem ser desmistificadas a partir da lembrança e das narrativas daqueles sofrem as violações impostas desde o período colonial aos nossos tempos presentes. É pertinente a releitura dos discursos propagados no período da ditadura militar, pois ainda hoje são vigentes, na memória de uns e de outros, o mito da “ordem e do progresso” embasados numa cultura moralista e conservadora que continua assombrando a sociedade brasileira com os retrocessos das políticas públicas que atingem diretamente os direitos humanos, tais como se apresentam hoje para as Comunidades quilombolas da Cidade de Alcântara.

O discurso do desenvolvimentismo parece eloquente para quem vive à margem da sociedade, pois subjetivamente espera-se melhores condições de vida, acesso à educação, saúde, trabalho, renda, moradia e segurança. Mas, como demonstrado nas discussões deste texto, as melhorias não foram proporcionais e tampouco chegaram às camadas mais pobres do Estado do Maranhão, onde um grande contingente da população vivencia situações de pobreza ou violações dos mais diversos direitos humanos. Municípios como a cidade de Alcântara, “abandonada” após longos e prósperos anos, foram relegados às suas ruínas, povos originários esquecidos e invisibilizados, e que serão somente notados quando ameaçados e coletivamente se unem contra as ofensivas do Estado em prol do capital.

O projeto desenvolvimentista no período da ditadura militar permitiu abertura ao capital estrangeiro, possibilitando que vários empreendimentos internacionais fossem capaz de produzir e exportar em maiores proporções as terras brasileiras, as estratégias de expropriação dos pequenos lavradores e povos originários foi feita de forma violenta e sangrenta, como os assassinatos de várias famílias e representantes das comunidades, assassinatos legitimados pela força policial militar. No decorrer deste trabalho não foi possível identificar nenhuma situação que envolvesse mortes durante o período de remoção forçada das famílias de quilombolas de Alcântara – pelo menos não morte física, mas morte simbólica, ou uma violência simbólica, com desrespeito a sua história e identidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico**. Brasília: MMA, 2006

AISLIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras Carajás**. Imperatriz-MA: Ética, 2009.

BARBOSA, Zulene. As "temporalidades" da Política no Maranhão. **Revista Lutas Sociais**. Jan-Jun 2003. Disponível em https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18970. Acesso em: 25 ago. 2022

BREPOHLL, Marion. GONÇALVES, Marcos. GABARDO, Emerson. As violências do estado de exceção e a defesa da memória contra a invisibilidade dos grupos vulneráveis. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte. n. 117, pp. 321-361. jul./dez. 2018. Disponível em: https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep. Acesso em: 30 ago. 2022.

BRASIL, Diário Oficial da União. Seção 1 - 18/4/1972, Página 3420 (Publicação Original). **Coleção de Leis do Brasil - 1972**, Página 47 Vol. 4 (Publicação Original) . Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70430-17-abril-1972-418749-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 16 jul. 2022.

BORGES, Arlete. Ditadura no Maranhão. **1964 – Recepções ao golpe no Maranhão**. Disponivel em: http://aprumasecaosindical.org/wp-content/uploads/2021/03/A-Ditadura-Militar-no-Maranha%CC%83o-.pdf. Acesso em: 14 jul. 2022.

CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT. **1985 Conflitos de terra no Brasil**. Comissão Pastoral da Terra. Disponível em www.cptnacional.org.br. Acesso em: 31 jul. 2022.

CORREA, Cleonice Araújo. CARNEIRO, Annova Miriam Ferreira. **POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO MARANHÃO: atualidade de uma questão histórica e estrutural.** IN: Estado e Políticas Públicas no contexto de contrarreformas. II Simpósio Internacional de Estado e Política Públicas. 2018. Disponível em https://sinespp.ufpi.br/2018/upload/anais/. Acesso em: 20 jul. 2022.

DANTAS, Poliana Cláudia Martins da Silva. NETO, Cláudio Correia de Oliveira. **Barreira contra o "Inferno": a construção política da memória do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno em Fernando Mendonça**. Disponível em: https://www.rn.anpuh.org/2016/assets/downloads/veeh/. Acesso em: 27 jul. 2022.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Revista Tempo**, v. 28, 2010, pp. 123-144.

DUARTE, Lunalva Rodrigues Silva. **Identidade, patrimônio, sentimento de pertecimento: o olhar dos moradores sobre a Cidade de Alcantara**. Monografia (Tecnologo em gestão de Turismo). Instituto Federal do Maranhão, Campus Alcantara/MA, 2017.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**: v. 3, o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados. 2010. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma.html. Acesso em: 11 ago. 2022.

IPEA- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência**. Disponível em https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/81. Acesso em: 25 ago. 2022.

_____.Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2020 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2020. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf. Acesso em: 25 ago. 2022.

_____. **O Centro de Lançamento de Alcântara: abertura para o mercado internacional de satélites e salvaguardas para a soberania nacional**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo** / Carlos Fico. - São Paulo: Contexto, 2015. 160 p. (História na universidade).

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. A Lei de Chico de Brito e o cenário da exclusão educacional camponesa no Maranhão. **Anais eletrônicos da III Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís: UFMA, 2007.

GUILHON, Maria Virginia Moreira. **SARNEÍSMO NO MARANHÃO: os primórdios de uma oligarquia.** Disponível em: http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/download/10158/5908/0. Acesso: 30 jun. 2022.

PEREIRA, Laurindo Mékie. A SUDENE e a Questão Regional: história e historiografia. IN: **Texto integrante dos Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História.** ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom. Disponível em http://legacy.anpuh.org/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20XVIII/Laurindo%20Mekie%20Pereira.pdf

RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira De Carvalho. A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966). **Anais do XXXIX Simpósio de História Nacional: Contra Preconceitos , História e Democracia**. 2017. Disponível em https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502841162_ARQUIVO_ANPUHCompletocorrigido.pdf. Acesso em: 29 jul. 2022.

SOUSA, Jailson de Macedo. Feitos da Colonização Dirigida no Território Maranhense: reflexões a partir do projeto de colonização do Alto Turi – PCAT (1960-1980). **Revista Cerrados (Unimontes),** vol. 14, núm. 2, pp. 52-70, 2016. Disponível em https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/. Acesso em: 24 jul. 2022.

SOUSA, Illany Rayany Carvalho de, Antropologia e Direitos Humanos: o remanejamento da comunidade Tradicional Itamatatiua em função da implantação do centro de lançamento de Alcântara (Cla). 2006, on-line. Disponível em https://illanycarvalho.jusbrasil.com.br/artig. Acesso em: 23 ago. 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Revista Afrodiáspora**. Ano 3, 1985, nº6/7. Disponível em

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php. Acesso em: 18 ago. 2019.

NUNES, Leonardo Dias. **Progresso, planejamento e desenvolvimento no Brasil de JK (1956-1961).** – Campinas, SP:[s.n.], 2018. Disponível em https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2018.1062465. Acesso em: 12 ago. 2022.

MARQUES, Gilberto S .SPVEA: O Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953- 1966). **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, nº 34, p.163-198, fevereiro 2013.Disponível em https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/download/6/79. Acesso em: 02 jul. 2022.

MENDES, Ana. **Ampliação de base espacial da ditadura ameaça repetir despejo de quilombolas**. Disponível em https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2021/07/plano-de-expansao-do-centro-de-lancamento-de-alcantara-ameaca-quilombolas. Acesso em: 30 ago. 2022.

SILVA, Ligia Osorio. **Desenvolvimentismo e intervencionismo militar**. Ideias, Campinas, 2005-2006. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pf-publicacoes/ideias_12-2-13-1.pdf. Acesso em: 23 ago. 2022.

SCHMITT, Alessandra. TURATTI, Maria Cecília Manzoli. CARVALHO, Maria Celina Pereira. A atualização do conceito de quilombo: Identidade e Território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade** - Ano V - No 10 - 1o Semestre de 2002. Disponível em www.scielo.br/j/asoc/a/3zsW4C3r6CFYcnx8sP. Acesso em: 03 set. 2022.

ROCHA, Glauber. Posse do governador José Sarney (ARENA - MA) em 1966. In: **Memória Política** (01/02/1966). Disponível em: www.youtube.com/watch?v=PpYor4Ju3XY. Acesso em: 13 ago. 2022

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em https://www.culturaegenero.com.br/download/silencio.pdf. Acesso em: 02 set. 2022.

PFLUEGER, Grete Soares**. Redes e ruínas -apogeu e declínio de uma cidade: o caso de Alcântara - Maranhão**. Rio de Janeiro: UFRJ/PROUB, 2011.

WERNECK, Jurema. **Racismo institucional: uma abordagem conceitual**. Geledés – Instituto da Mulher Negra, 2106. Disponível em: Racismo institucional - uma abordagem conceitual — Português (Brasil) (www.gov.br). Acesso em 24/08/2022.